

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

JOSIANE DA SILVA BORGES

**EM ANÁLISE À SAÚDE DO POLICIAL CIVIL NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS:
REFLETINDO SOBRE AS CAUSAS DO AFASTAMENTO DO TRABALHO**

São Borja

2016

JOSIANE DA SILVA BORGES

**EM ANÁLISE À SAÚDE DO POLICIAL CIVIL NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS:
REFLETINDO SOBRE AS CAUSAS DO AFASTAMENTO DO TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais-Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais-Ciência Política.

Orientadora: Prof^a. Dra. Elisângela Maia Pessoa

São Borja

2016

JOSIANE DA SILVA BORGES

**EM ANÁLISE À SAÚDE DO POLICIAL CIVIL NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS:
REFLETINDO SOBRE AS CAUSAS DO AFASTAMENTO DO TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais-Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais-Ciência Política.

Área de concentração:

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 12/07/2016.

Banca examinadora:

Prof^a. Dra. Elisângela Maia Pessoa
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof^a. Dra. Claudete Robalos da Cruz
(UNIPAMPA)

Prof^a. Dra. Sara de Sousa Fernandes Eptácio
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho a minha mãe Vera Lúcia, pai Valdir (in memoriam), que me mostraram o valor e a importância de estudar e aprender, aos meus irmãos Cáren e Antonio Marcos e sobrinha Bianca que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando, apoiando nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Neste dia, de fundamental importância, agradeço a Deus, por me conceder a oportunidade de concluir mais esse ciclo em minha vida, a minha família que me incentivou a continuar a caminhada e me ensinaram o valor do estudo, a minha magnífica orientadora Dra. Elisângela Maia Pessoa, que com muito carinho, paciência me ajudou a construir este trabalho, mostrando-me os caminhos a serem seguidos desta forma deixando-me tranquila para seguir em frente, sua ajuda e força foram essenciais para concluir essa jornada. Agradeço aos professores (as) mestres e doutores (as) desta Instituição, Ronaldo, Angela, Edson, Thiago, Lauren, Davide, Daniel, Claudete, Claudio e Muriel, que doaram-se para cada aluno, mostrando a real importância do saber e ensinar, aos meus adorados colegas de sala de aula, cada um me cativou e deixou um vínculo para a vida toda a amizade permanecerá mesmo estando longe fisicamente. Obrigada, Neusa Loureço, você foi uma colega que se tornou uma amiga incrível, estando sempre ao meu lado em todas as fases, Sabrina Becker, me acalmando me ajudando sempre a construir meu trabalho, ao meu amigo Claudio Moureira, mesmo depois de ter concluído os estudos, mostrou sua amizade e ajuda, ao Sócrates, pelos incentivos e palavras positivas nas nossas conversas, a todos os funcionários da Unipampa em especial a Chaiane, que de várias formas me ajudaram nesse período que frequentei esta Instituição. Por fim agradeço aos Delegados Charles Dias do Nascimento e Delegado Marcos Ramos Vianna, por me auxiliarem nas entrevistas e autorizarem as coletas dos dados nas pastas funcionais, ao Escrivão Julio Cesar R. Gomes secretário de ambas delegacias e que trabalhou diretamente pelas explicações incansáveis e apoio a produção do TCC, ao inspetor Ricardo Seibt, por me auxiliar nos gráficos e pela paciência a me ajudar e aos demais servidores da 1ª DP e DPPA de São Borja que de uma forma especial me auxiliaram a construção do mesmo.

“A bondade é uma linguagem que o surdo consegue ouvir e o cego consegue ver.”

Autor Anônimo

RESUMO

Este trabalho constitui pesquisa que culminou em Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política. Tem como objetivo geral analisar que causas relacionadas à saúde do policial civil têm levando os mesmos ao afastamento do trabalho no município de São Borja. O presente tema torna-se relevante, pois mostrará uma visão diferenciada a respeito dos profissionais da segurança pública, mais precisamente os Policiais Civis de São Borja que por ora podem passar invisíveis enquanto trabalhadores que estão inseridos em diversas situações de risco, portanto carecem de direitos e políticas públicas para atenderem suas demandas enquanto cidadãos. Os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisa de tipo qualitativa, exploratória e documental. Foram entrevistados dois delegados assim como coletadas informações nas pastas de efetividade dos policiais civis. Foi realizada análise de conteúdo. Através das pesquisas tornou-se claro que dentro desses cinco anos, alguns dos Policiais Civis foram atingidos por patologias recorrentes, algumas graves principalmente como tratamentos psicológicos, Lesões por Esforço Repetitivo, tendinite, etc. que ocasionaram afastamentos de até um ano do trabalho e outras menos graves como enxaquecas, alergias, fadiga entre outros que não resultaram em afastamentos das atividades. Percebe-se que a política de saúde ou os benefícios destinados aos policiais não suprem todas suas necessidades principalmente aos que estão em região de fronteira longe da capital, assim os mesmos acabam recorrendo a planos privados, senso que o Estado deveria dar conta de prestar atendimento integral a saúde.

Palavras-chave: Polícia Civil. Estado. Saúde. Afastamento do trabalho.

ABSTRACT

This piece of work is a research that culminated in this Work Completion Course of Social Sciences - Political Science. It has as its general objective to analyze what causes related to the health of the civil policemen have led them to quit the job in the city of São Borja. This topic is relevant because it shows a different view regarding the public safety professionals, specifically the Civil Police of São Borja which may have been taken as invisible so far, as workers who are included in different risky situations. So they need rights and public policies to meet their demands as citizens. The methodological procedures used were qualitative, exploratory and documental researches. Two delegates has been interviewed, as well as information collected on the civil police effectiveness folders. Content analysis was performed. After researches it became clear that within these five years, some of the Civil Policemen have been exposed to recurrent diseases, particularly as some serious psychological treatments, Repetitive Strain Injuries, tendinitis, etc, which led to suspensions from work of around one year, and other less severe as migraines, allergies, fatigue and others that did not result in any removal from the activities. It is noticed that neither the health policy nor the benefits for the police are supplying their needs, especially those who work in the border land, far away from de capital, so they end up using private plans, a sense that the state should take care to provide full health care.

Keywords: Civil Police. State. Health. Absence from work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Brasão da Polícia Civil do Rio Grande do Sul.....	31
Figura 2 – Serviços de atendimento aos policiais.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de afastamento dos policiais civis de São Borja ano 2010 a 2015.....	49
Gráfico 2 – Patologias dos policiais civis em São Borja que levaram ao afastamento em 2010.....	54
Gráfico 3 – Patologias dos policiais civis em São Borja que levaram ao afastamento em 2011.....	55
Gráfico 4 – Patologias dos policiais civis em São Borja que levaram ao afastamento em 2012.....	56
Gráfico 5 – Patologias dos policiais civis em São Borja que levaram ao afastamento em 2013.....	57
Gráfico 6 – Patologias dos policiais civis em São Borja que levaram ao afastamento em 2014.....	58
Gráfico 7 – Patologias dos policiais civis em São Borja que levaram ao afastamento em 2015.....	59
Gráfico 8 - Consultas médicas dos policiais civis nos anos de 2010 a 2015.....	59
Gráfico 9 - Patologias e afastamentos do trabalho dos policiais civis em São Borja nos anos 2010 a 2015.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACADEPOL – Academia de Polícia Civil

CID – Classificação Internacional de doenças

DAP – Departamento de Administração Policial

IPE – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

OMS – Organização Mundial da Saúde

SAS – Serviço de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UGEIRM – União Gaúcha de Escrivães, Inspetores e Investigadores Rádio Operadores e Motoristas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 ELEMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DO TRABALHO DO POLICIAL CIVIL.....	20
2.1 A trajetória da Polícia Civil no Estado do Rio Grande do Sul.....	21
2.2 Estrutura organizacional e hierárquica da Polícia Civil e o direito à saúde.	26
3 SITUAÇÕES DE RISCO NO TRABALHO DO POLICIAL CIVIL.....	39
3.1 A violência no cotidiano de trabalho.....	39
3.2 O acidente de trabalho.....	42
4 REFLETINDO SOBRE A SAÚDE DO POLICIAL CIVIL: RESULTADO DO MAPEAMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA.....	47
4.1 Incidência e índices de afastamento do cotidiano de trabalho: em foco motivos e patologias.....	47
4.2 O suporte do Estado no atendimento à saúde do policial civil.....	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
OBRAS CONSULTADAS.....	74
APÊNDICE A.....	75
APÊNDICE B.....	76
APÊNDICE C.....	77

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão do curso de ciência política visa abordar a questão do policial civil, frente ao desempenho da função. Considera-se o fato de que os policiais civis possuem pouca autonomia para tomar decisões, pois suas atividades estão sempre condicionadas ao cumprimento da ordem de seus superiores.

Uma vez que esse sistema é hierárquico. Há fatores negativos no cotidiano, desse profissional como a violência, que por vezes ocasionam acidentes de trabalho e que posteriormente resultam em estresse¹ extremo dos servidores.

A diminuição do equilíbrio emocional e o cansaço físico podem levar os policiais a atitudes irracionais em momentos de crise e situações caóticas. Todos esses pontos podem levar ao desgaste do profissional, acarretando no baixo desempenho do exercício da profissão.

O presente trabalho de conclusão de curso ao discutir o afastamento das atividades de trabalho, julgou oportuno discutir de forma inicial a categoria do trabalho enquanto aspecto central da vivência humana.

O trabalho não é apenas “um modo de produzir subsistência, mas é igualmente um modo de reconhecimento mútuo. Neste sentido, constitui-se num ingrediente essencial do cimento social” (KAUFMANN, 2002, p. 32). Uma vez que constitui interfaces que extrapolam a questão individual para o coletivo, pois “trata-se de atividades, raramente executadas com completo isolamento, que preenche a função de integração social, atividades realizadas em cooperação em relação face à natureza, esta última mediada pela técnica” (KAUFMANN, 2002, p. 32).

Ao longo da história, o trabalho em suas mais variadas formas, cuja dominação em sua maioria gira em torno do serviço assalariado, tem modificado a sociedade e gerado a

¹“O estresse pode ser entendido como o desequilíbrio entre as demandas do trabalho e a capacidade de resposta dos trabalhadores. Fatores estressantes como o ambiente de trabalho perigoso, baixo controle sobre o processo de trabalho (cumprimento de ordens), frequente contato com o público (atendimento a comunidade em geral), longas jornadas de trabalho (em razão de escala), recursos insuficientes, insatisfação com a atividade e a remuneração, dificuldade de ascensão profissional, além da exposição ao sofrimento alheio e a problemas familiares, estariam relacionados ao sofrimento ou distúrbios psíquicos, no caso dos policiais todos estes fatores estão presentes”. (LIPP; PEREIRA; SADIR, 2005; MINAYO; SOUZA, 2003; ROMANO, 1996 apud OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p. 228).

sua evolução, transformando até certo ponto a sociedade, provocando o seu crescimento. Logo, “Max exalta o trabalho como liberdade criadora, inscrevendo-se em um processo de humanização e de civilização da natureza” (KAUFMANN, 2002, p. 34).

Para Antunes (2011, p. 121-122) “a sociedade contemporânea tem uma tendência entrelaçada entre trabalho material e imaterial, isso leva a ver um traço marcante quando se analisa o mundo do trabalho, nos dias atuais, tanto em atividades industriais quanto informatizadas”.

[...] momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem. Não foi outro o significado dado por Marx ao enfatizar que “como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, e portanto vida humana”. Esta formulação permite entender o trabalho como “a única lei objetiva e ultra-universal do ser social, que é tão eterna quanto o próprio ser social, ou seja, trata-se também de uma lei histórica, a medida que nasce simultaneamente com o ser social, mas que permanece ativa apenas enquanto esse existir” (PRATES, 2003, p. 7).

Destaca-se que o policial civil também é um trabalhador assalariado que vende a sua força de trabalho, sofre todos os rebatimentos conjunturais atrelados ao mundo do trabalho, seja de ordem econômica, social, cultural e até mesmo de negação de direitos.

A proposta da referida pesquisa emerge do cotidiano de trabalho da pesquisadora, onde despertou o desejo de conhecer as doenças que acometem os policiais, e que podem acarretar seu afastamento do trabalho.

Sabe-se que atualmente o índice de violência no Brasil como um todo vem crescendo, dados esses informados pelos jornais e imprensa de grande circulação, tanto no país como em âmbito regional. Esse cenário acarreta à segurança pública acréscimo de crimes a serem investigados, o que certamente vai interferir no cotidiano de trabalho do profissional.

A pesquisa realizada teve como questão norteadora de pesquisa: que causas relacionadas à saúde do policial civil têm levado os mesmos ao afastamento do trabalho?

Foi estabelecido enquanto objetivo geral: analisar que causas relacionadas à saúde do policial civil têm levado os mesmos ao afastamento do trabalho no município de São Borja - RS.

A partir disso, ocorreu o foco nos seguintes objetivos específicos: verificar qual a incidência e índices de afastamento do trabalho por causas relacionadas à saúde; identificar quais as patologias e motivos que tem acometido a saúde dos policiais civis, e discutir questões relacionadas ao suporte ofertado pelo Estado para o atendimento à saúde do policial.

A pesquisa realizada foi quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa usa de percentual, média, precisão de resultados, uso numérico onde demonstra as vezes que ocorre o fato. “A resposta que se busca na investigação deve ser obtida de forma numérica exata, inquestionável” (MICHEL, 2005, p. 33).

A questão quantitativa do estudo foi contemplada por meio de coleta de dados efetivada a partir do levantamento dos mesmos, os quais foram realizados nas pastas funcionais dos policiais.

A pesquisa qualitativa opõe-se à pesquisa quantitativa. Esta não preza pela questão numérica, mas sim verifica qual a relação da realidade com o objeto de estudo, assim podem ser obtidas várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador.

A pesquisa qualitativa discute a ligação e correlação de dados interpessoais, “na pesquisa qualitativa, a verdade não se comprova numericamente ou estaticamente, mas convence na forma da experimentação empírica (...)” (MICHEL, 2005, p. 33).

Ainda foi utilizada a pesquisa com recorte de tipo documental que consiste em nada mais do que classificar o material que irá ser estudado, conforme critérios escolhidos antecipadamente.

Uma das vantagens da pesquisa documental, comparada, por exemplo, com a entrevista, é a “forma elaborada do conteúdo e o fato de, uma vez na nossa posse, o documento estar disponível para análise. A seleção dos aspectos de interesse junto à fonte documental é mais rápida e garantindo maior controle e domínio por parte do pesquisador” (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000, p. 73).

Destaca-se que conforme Gil (2007, p. 66) a pesquisa documental são materiais que ainda não tem valor analítico, “ou que podem ser reelaborados com os objetos da pesquisa (...) existem os de primeira mão que são documentos oficiais (...) e os de segunda mão tais como relatórios de pesquisa, relatórios de empresa, tabelas estatísticas entre outros”.

Para coleta de dados qualitativos buscou-se pesquisa exploratória foram realizadas entrevistas com uso de instrumento de coleta de dados formulário (Apêndice A) aplicados para dois Delegados titulares da Polícia Civil de São Borja.

Para coleta de dados documental foram analisados 11 policiais civis da DPPA de São Borja e 15 Policiais Civis da 1^o Delegacia de São Borja com instrumento de coleta de dados constituído por roteiro norteador estruturado (Apêndice B).

Assim, a amostra foi constituída por 36 sujeitos, por meio da amostra intencional, salienta-se que “os elementos que formam a amostra relacionam-se de acordo com certas características estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador” (RICHARDSON, 2008, p. 161).

Os documentos explorados tratam-se de registros individuais dos servidores, as chamadas “Pastas de Efetividades dos Policiais”. Nas referidas pastas, são colocados todos os documentos referentes aos policiais.

Elas contêm todo o histórico do servidor dentro da Instituição. Suas ausências, devido a afastamento para tratamento de saúde e outras informações sobre sua vida funcional.

Os Delegados foram identificados como Delegado A e Delegado B. Já os policiais foram identificados por números: policial 1, 2, 3 e assim sucessivamente.

Todo cuidado para manter preservada a identidade dos sujeitos bem como o sigilo sobre os casos foi mantida, assim como foi solicitado e aprovado pelos delegados a pesquisa nos arquivos documentais (Apêndice C). Como retorno dos dados será disponibilizado para instituição cópia do trabalho de conclusão de curso.

Em relação à interpretação de dados, esta foi realizada por meio de análise de conteúdo, que conforme Gil (2007, p. 165) consiste em “grande volume de material produzido pelos meios de comunicação de massa e criação de técnicas para sua quantificação determinam o desenvolvimento da análise de conteúdo”.

O autor escolhido para análise de conteúdo foi Antônio Carlos Gil (2007), que divide sua análise nas seguintes fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados, interferência e interpretação.

Conforme Gil (2007, p. 166), a pré-análise “é a fase de organização. Inicia-se, geralmente com o primeiro contato com os documentos (flutuante). A seguir, procede-se à

escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise”.

Para esclarecer sobre exploração do material, Gil (2007, p. 166) explica que é uma fase longa “que tem como objetivo administrar sistematicamente as decisões tomadas na pré-análise. Refere-se (...) às tarefas de codificação, envolvendo: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação (escolha de categoria)”.

Para encerrar as três fases da análise de conteúdo, Gil (2007) afirma que análise de conteúdo é um dos mais importantes instrumentos para análise das comunicações em massa.

No primeiro capítulo deste trabalho de conclusão de curso, são apresentados os elementos de constituição do trabalho do policial civil. De forma sucinta, trata-se sobre a trajetória da Polícia Civil com foco no Estado do Rio Grande do Sul.

É importante ressaltar que em meados de 1808 a segurança era somente de responsabilidade militar, em todo o território nacional. Não havia instituições diversificadas no que diz respeito à segurança, nem divisões de acompanhamento, tão pouco havia uma polícia preventiva. Assim, as ações de proteção territorial e política eram o foco em detrimento aos direitos individuais.

Entender minimamente o histórico de constituição da Polícia Civil pode levar a compreender as dificuldades enfrentadas pelos policiais, atualmente em seu cotidiano uma vez que a pressão hierárquica de poder e cobranças pela ordem social perduram enquanto responsabilidade do policial.

Ainda neste capítulo, é tratada a questão inerente à estrutura organizacional e hierárquica da Polícia Civil, onde fica nítido que o ambiente da Polícia Civil não difere em relação ao de uma empresa.

Exigisse disciplina, metas, respeito à hierarquia, bem como no ambiente de trabalho, o qual é fragilizado pela própria estrutura capitalista, voltada dessa forma, para o mercado.

A Polícia Civil é uma organização baseada na hierarquia e na disciplina, tal disciplina organiza o conjunto dos servidores. Na cidade de São Borja - RS, lócus do estudo, existem os Delegados da Polícia Civil, Comissários, Inspetores e Escrivães, os

quais são subordinados aos Delegados. Nesse sentido, o capítulo indica a função de cada servidor dentro desta estrutura.

Considera-se que os policiais, como qualquer ser humano têm o direito à saúde, discute-se de forma sintética sobre o direito à saúde enquanto política pública. O policial pode recorrer ao Estado por meio do SUS (Sistema Único de Saúde), INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), o qual atende alguns fatores que envolvem possíveis acidentes dos trabalhadores e o SAS (Serviço de Assistência Social e Departamento de Administração Policial).

Esses são alguns suportes dados a esses profissionais, porém a pesquisa procurou ir além, refletindo se realmente no momento em que necessitaram de auxílio foram atendidos conforme o esperado.

Enfatiza-se que o direito à saúde dos servidores é um serviço público e assim sendo, a Lei determina que a titularidade e/ou responsabilidade é do Estado. A saúde pública deve ser um serviço excepcional, onde deve ser prestado pelo poder público, no entanto é comum a busca por planos privados para atendimento das necessidades.

No segundo capítulo do trabalho, discute-se sobre as situações de risco no trabalho do policial civil, cenário envolto em situações de violência que podem culminar inclusive em acidente de trabalho.

Há diversas situações em que os policiais sofrem, ou têm propensão a sofrer acidente decorrente de seu cotidiano laboral, tais como acidente de trânsito, cortes, fraturas, lesão esforço repetitivo, entre outros. O policial atua com toda a forma de violência e brutalidade.

Pode-se dizer que ser um policial é uma das funções mais estressantes existentes atualmente. Assim sendo, o bem-estar e a qualidade de vida no trabalho “podem estabelecer-se como uma meta, traçada essencialmente pelos custos que o stress representa para as organizações, quer em termos financeiros, quer em termos de perda de potencial humano” (MANUEL; SOEIRO, 2010, p. 150).

Neste capítulo, discute-se que o acidente de trabalho, nem sempre é evidenciado no corpo físico, mas também está ligado ao fator psicológico, devido a altas pressões do cotidiano, relacionadas às frequentes exposições à violência de toda espécie.

Aumento da adrenalina decorrente da função, ansiedade, medo sobre si e sobre sua família de possíveis ataques, disciplina hierárquica, entre outras questões.

No terceiro capítulo, é salientada a reflexão sobre os resultados do estudo tendo como foco a saúde do policial civil e os resultados do mapeamento no município de São Borja - RS.

Ressalta-se que os dados foram coletados, das pastas funcionais, que contêm variadas informações sobre os profissionais e de entrevistas realizadas com delegados lotados nas duas delegacias da cidade de São Borja-RS.

No primeiro momento, houve a necessidade de conhecer a incidência de afastamento dos policiais no cotidiano profissional e posteriormente os motivos do afastamento. Os dados foram coletados a partir do ano de 2010 a 2015.

Buscou-se identificar quais as patologias que atingiram os policiais nesse período de tempo. Prováveis motivos que levaram a adoecer e que os prejudicaram no exercício da profissão.

Apresentam-se, ainda, questionamentos sobre o suporte que o Estado oferece aos servidores referentes à saúde, se os policiais são assistidos quando há necessidade de algum tipo de tratamento e de que forma isso ocorre, se existe alguma política pública voltada aos profissionais da segurança pública que contemple suas necessidades mínimas.

2 ELEMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DO TRABALHO DO POLICIAL CIVIL

O presente capítulo visa indicar de forma breve elementos que constituem o trabalho da Polícia Civil. Expor-se-á a forma como a polícia surgiu no País, informando qual a estrutura organizacional e atribuições dos servidores.

Com ênfase, finalmente na importância do direito à saúde, principalmente ao policial que no cotidiano de trabalho enfrenta as mais diversas formas de violência que incidem sobre acidentes de trabalho e desgaste de sua saúde mental e física.

Enfatiza-se que a Polícia, no Brasil surge com a chegada de D. João VI, sendo o “Intendente Geral da Polícia”, esse acontecimento se deu por várias regiões do Brasil.

No Rio Grande do Sul, com o final da Revolução Farroupilha (1835 a 1845) e pós-consequências econômicas e administrativas no Estado, inicia-se um período de reorganização, política, financeira no Estado. Assim:

[...] ao fim da década de 1850, o Império havia atendido as principais reivindicações da elite regional, posicionando-se incisivamente no Rio da Prata, especialmente defendendo os interesses dos brasileiros produtores pecuários no Estado Oriental do Uruguai. Os espaços da burocracia imperial haviam sido consideravelmente expandidos, propiciando uma absorção maior de indivíduos no aparato estatal, especialmente no nível local, criando postos de autoridade que legitimavam prestígio e poder político. Por fim, a passagem dos anos permitia perceber a revolta não mais como uma ameaça a prestígios individuais, exigindo que fosse escondida ou negada, mas admiti-la como parte de uma trajetória política, como um atestado de experiência. (ZALLA; MENEGAT, 2011, p. 54).

No que se refere à saúde, o capítulo abordará questões indicadas pela Constituição Federal de 1988, destacando a saúde do trabalhador, Lei 8.080 que implanta o Sistema Único de Saúde e a Lei n.º 7.366 de 29 de março de 1980, Estatuto dos Servidores da Polícia Civil e IPE (Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul).

2.1 A trajetória da Polícia Civil no Estado do Rio Grande do Sul

A Polícia está presente em todas as cidades, localizadas em todos os países, é um órgão governamental voltado a questões de segurança pública. A função da Polícia está atrelada a manter a “ordem pública”.

Em outras palavras a Polícia é responsável por agir em prol de combater a criminalidade, tem legitimidade para exercer o controle e evitar que algo ocorra em prejuízo à vida humana.

Caso não consiga atuar na prevenção, atua realizando diligências para apurar crimes indicados pela legislação e novas manifestações de violência contra a integridade humana.

Em seu site, a instituição mostra a trajetória histórica, quanto ao surgimento da Polícia Civil, é importante ressaltar que em meados de 1.808 a segurança era somente de responsabilidade militar, em todo o território nacional.

Não havia instituições diversificadas no que diz respeito à segurança nem divisões de acompanhamento, tão pouco havia uma polícia preventiva. Em termos de surgimento destaca-se que:

A Polícia Civil surgiu, como Instituição autônoma e foi oficializada através da Lei de nº 261, de 03 de dezembro de 1841. Esta Lei no Estado do Rio Grande do Sul foi assinada pelo imperador Dom Pedro II e foram determinados os cargos de Chefe de Polícia, Delegado de Polícia e Subdelegado de Polícia. Mas somente um ano e um mês depois de assinada a referida lei, foi fixada uma hierarquia, então houve distinção entre Polícia Administrativa e a Polícia Judiciária. (POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2016).

Destaca-se, que conforme Bobbio, Metteucci e Pasquero (2007, p. 945) “(...) é função da Polícia Judiciária a averiguação dos delitos e sua repressão para impedir que continuem, deve buscar garantia das provas e das pessoas indiciadas à autoridade Judiciária e todas as investigações que julguem necessárias”.

Pontua-se que a Polícia Judiciária – mais conhecida apenas por Polícia Civil –, depende organicamente do executivo e operativamente do Judiciário. Esta separação, muitas vezes, causa conflitos e contradições, pois inúmeras vezes quando a polícia encontra meios de por em prática sua investigação, é barrada pelo judiciário, pois o mesmo põe empecilhos para realizá-lo.

Também ocorre demora de liberação de documentação entre outros problemas como, por exemplo, mandado de busca e apreensão no interior do município, onde não há nome em ruas e até mesmo número das casas.

O judiciário não aceita a solicitação da policia para cumprir o mandado de busca e apreensão por não haver dados que sustentem o pedido, logo a policia não pode efetuar o mandado de busca e apreensão².

A Lei n. 11, de 1896, organizou a Polícia Civil da seguinte forma: a Polícia Administrativa também conhecida como “Ratos Brancos” – referindo-se aos uniformes –, estava direcionada ao trabalho de possíveis cobranças das leis e colocar ordem em prol da sociedade principalmente no âmbito municipal.

Já a Polícia Judiciária competia exclusivamente ao Estado, sua função é investigar possíveis crimes, onde nessas investigações são coletados dados para possível instrução criminal.

Nos anos de 1937, promulga-se o Decreto de n. 6.880 indicando a regularização e organização da Polícia enquanto possibilidade de carreira, ou seja, extinguiu-se as indicações acima, passando a vigorar concursos para ingresso dos profissionais da segurança.

O ingresso na Escola Policial para os profissionais ocorreu em 1937, sob a direção do Delegado Octacílio Gonçalves da Silva Filho, regulamentada em 1952 e inaugurada em 1957.

Na construção da Academia de Polícia, foi criado e organizado – conforme o Decreto 1.199 de 1946 –, o Conselho Disciplinar de Policia, após essa época mais precisamente no ano seguinte o decreto 1.199 foi extinto vigorando então o decreto 1.466. Onde foram criados o Instituto de Polícia técnica, a Diretoria Estadual de Segurança Social e Econômica Popular, Diretoria Estadual do Trânsito e o Conselho Superior de Polícia.

Conforme a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (1947), foi a primeira vez que a polícia aparece regulamentada no artigo 230: “a Polícia Civil tem a função de tornar

²Constitui ordem da autoridade Policial (delegado) para que escrivães ou inspetores apreendam algo tendo em vista a prova real ou alguém. O decreto Lei nº 3.689 de 03 de Outubro de 1941 indica que o mandado de busca deverá: indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador; ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrê-la ou os sinais que a identifiquem.

efetivas as garantias individuais, a segurança e a tranquilidade pública e de prestar sua colaboração à justiça repressiva” (RIO GRANDE DO SUL, 1947).

Em 1958 é criada a Secretaria da Segurança Pública que indica que a Polícia Civil deveria atender às demandas de segurança pública³.

O histórico de ingresso, nas forças de segurança é marcado por forte questão de gênero com predominância masculina. Houve necessidade de abertura para que mulheres pudessem participar e ingressar com os mesmos direitos e deveres que os homens.

Em 23 de dezembro de 1970, ocorreu a formatura da primeira turma de agentes femininas na Instituição, nessa turma – composta por 208 alunos –, formam-se 42 mulheres.

Em meados dos anos 80, ainda eram poucas as mulheres que trabalhavam na segurança pública. Em casos de violência contra mulheres, às mesmas ficavam receosas ao chegarem à Delegacia e serem atendidas por homens, foi então que no ano de 1985, foi criada Posto Policial para Mulher, tendo como titular a inspetora de Polícia Helena Santos de Souza.

Em todo o Estado, foram criadas delegacias especializadas em ocorrências que envolviam mulheres onde havia a necessidade de colocar a frente mulheres no comando. Essas modificações foram implantadas a partir de novas legislações como a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Nesse sentido, foi criado o Departamento de Defesa do Consumidor e a disciplina de Direitos Humanos passa a ser ministrada nos cursos da Escola de Polícia – na Constituição Estadual de 1989 tem seu nome alterado para Academia de Polícia Civil –.

Destaca-se que em termos de titulação conforme a Lei 7.059 de 31 de dezembro de 1976, qualquer candidato ao cargo de Delegado que quisesse participar do concurso deveria ter curso superior sendo Bacharel em Direito.

No artigo 135 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (1947) “são assegurados aos Delegados de polícia de carreira vencimentos em conformidade com os artigos 135 e 241 da Constituição Federal” (RIO GRANDE DO SUL, 1947). Nos anos 70,

³ Disponível em: <<http://www.policiacivil.rs.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

não ocorreram muitas mudanças referentes aos delegados, mas há o artigo 125 da Constituição Estadual que diz:

O ingresso na carreira de Delegado de Polícia será privativo dos bacharéis em direito (...). “Se, todavia, aberto concurso para o provimento desse cargo, não forem aprovados candidatos em número suficiente, em segunda convocação para o mesmo concurso se dispensará a exigência deste artigo” (RIO GRANDE DO SUL, 1947).

O ingresso dos Escrivães e Inspetores de ambos os sexos na profissão estava atrelado somente ao ensino médio e investigadores com ensino primário desde sua primeira turma em 1970 – todo escrivão e inspetor é um policial, porém são de níveis de ingresso diferentes –.

Nos anos 80 a maioria dos profissionais que estava na Polícia Civil sentiu a necessidade de ser representado, então foi criado o UGEIRM (União Gaúcha de Escrivães, Inspetores e Investigadores Radio Operadores e Motoristas) que objetiva a busca e fortalecimento dos direitos dos policiais civis, bem como de todos os demais trabalhadores. Destaca-se que foi:

Fundado em 20 de março de 1980, fruto do esforço de um grupo de agentes que acreditou na capacidade de organização da categoria e na necessidade de uma entidade forte e representativa dos agentes de polícia para defender seus interesses. Inicialmente a União Gaúcha dos Escrivães, Inspetores, Investigadores, Rádio-telegrafistas e Mecânicos policiais teve sua atuação como associação e mais tarde tornou-se UGEIRM/Sindicato, entidade sindical que representa plenamente, em todos os níveis e instâncias, escrivães, inspetores e investigadores de polícia do Rio Grande do Sul⁴.

Viu-se com o decorrer dos anos necessidade de qualificação do efetivo da carreira. As transformações ocorreram através da Lei Estadual 12.102/2004, onde começou a ser exigido o ensino superior em qualquer área, para fazer o concurso. A primeira turma de nível superior dos agentes ingressou na Academia de Polícia em 2000. Destaca-se que em:

⁴ Disponível em: < http://ugeirmsindicato.com.br/wordpress/?page_id=28 > Acesso em: 12 jan. 2016.

Em 2011 é criada a Assessoria de Direitos Humanos, pela Chefia da Polícia Civil, visando institucionalizar e aperfeiçoar uma prática que já vem sendo adotada há algumas décadas na instituição. Hoje em dia, incorporando novas tecnologias, adotando modernas técnicas de segurança, com atendimento qualificado à população e especializado aos grupos vulneráveis, a Polícia Civil Gaúcha torna-se uma instituição de referência no Brasil, objetivando sempre, como diz seu lema, “servir e proteger”.⁵

Ao longo da trajetória histórica da Polícia Civil, nota-se uma visível transformação quanto à exigência para ser efetivo nesta área, uma transformação que valoriza a profissão e ao mesmo tempo a torna mais competitiva. Pessoas de várias formações podem concorrer à vaga do concurso.

A formação no nível superior faz com que os profissionais tenham uma visão mais ampla de vários aspectos que abrangem as leis e deste modo podem orientar pessoas que chegam para registrar ocorrências ou são ouvidas em procedimentos no cartório, pois as pessoas em sua maioria são leigas e têm muitas dúvidas com relação aos trâmites da polícia.

Destaca-se que no ano de 2013, conforme o diário oficial da Assembleia Legislativa de Porto Alegre, no Projeto de Lei nº 380/2013, o poder executivo extingue o cargo de investigador. Os mesmos que se encontravam em efetivo exercício foram aproveitados para os cargos de escrivães e inspetores conforme categorias de 1º classe à 4º classe.

A distribuição por aproveitamento dos (as) servidores (as) ativos (as) ocupantes dos cargos da carreira de Investigador de Polícia nos cargos das carreiras de Escrivão de Polícia ou de Inspetor de Polícia ocorrerá alternadamente de acordo com o critério de antiguidade, sendo que o mais antigo será aproveitado no cargo de Inspetor de Polícia e o segundo mais antigo será aproveitado no cargo de Escrivão de Polícia e, assim, sucessivamente. (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 19).

Conforme, o Diário oficial datado no dia 26 de novembro de 2013, a justificativa da extinção do cargo de investigador e permanência dos efetivos para os cargos de escrivães e inspetores foram aceitas pelos agentes da Polícia Civil no ano de 2012.

Participaram das negociações a Secretaria da Segurança Pública, da Casa Civil, da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, da Polícia Civil, do Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores da Polícia do Rio Grande do Sul - UGEIRM e

⁵ Disponível em: <<http://www.pc.rs.gov.br/conteudo/969/historia-da-policia-civil>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Rio Grande do Sul – SERVIPO/SINPOL, sob a coordenação do Comitê de Diálogo Permanente – CODIPE. Destaca-se que:

Historicamente, Investigadores, Inspetores e Escrivães sempre estiveram em igualdade de condições técnicas, atribuindo-se, desta forma, aos Investigadores as mesmas tarefas que aos demais cargos de Agentes da Polícia Civil. Portanto, o presente projeto de lei é de extrema relevância, uma vez que vai ao encontro dos interesses da Administração Pública. (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 6).

A Polícia Civil, através de sua história foi construindo trajetória de evolução de suas competências e sua responsabilidade diante da sociedade. A Polícia Civil moldou-se e estruturou-se para melhor agir e elucidar crimes que ocorrem no Estado.

Para atuar nessas áreas profissionais se submetem a concursos, devem possuir ensino superior e ter capacidade de atuar nesta área, desta forma é importante salientar, que isto é relevante, pois a sociedade está resguardada por profissionais cada vez mais capacitados e qualificados para realizar as funções que lhe competem.

Nota-se que do mesmo modo que a sociedade necessita desses profissionais que fazem parte do Estado, como servidores públicos, os mesmos necessitam do Estado e compreensão da sociedade para prestarem um bom desempenho da função dentro da Instituição.

2.2 Estrutura Organizacional e hierárquica da Polícia Civil e o direito à saúde

Para entender como funciona a estrutura e hierarquia de um órgão, ou até mesmo empresa, é preciso entender de que forma isso ocorre. A princípio existem várias formas de administrar uma empresa e/ou órgão, todas as formas são válidas.

Entretanto, há sempre as preferidas ou as mais adequadas para serem utilizadas, tais como: distribuir as tarefas, organizar a estrutura, distribuir funções as pessoas, usar tecnologia, adaptar ambiente e competitividade, etc.

O ambiente de trabalho da polícia não difere totalmente ao de uma empresa principalmente no que diz respeito a hierarquias:

Na medida em que se desce na escala hierárquica, mais aumenta a proporção de outras funções da empresa e na medida em que se sobe na escala hierárquica, mais aumentam a extensão e volume das funções administrativas. Nos níveis mais altos predominam as funções administrativas, enquanto nos níveis mais baixos predominam as demais funções às não administrativas. (CHIAVENATO, 2007, p.10).

A organização de trabalho na Polícia Civil está estreitamente ligado à hierarquia que disciplina o conjunto dos servidores. Este órgão da Polícia, assim como qualquer outro, necessita ser organizado e atender parâmetros que demonstrem suas atividades.

Para ficar claro o contexto, é de fundamental importância saber de fato o que vem a ser a Polícia Civil no Estado, sua hierarquia e sua estrutura organizacional. Segundo o dicionário político a Polícia Civil assume:

A função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva que visa por em ações as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para a salvaguarda e manutenção da ordem pública em suas varias manifestações: da segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2007, p. 944).

Através da Constituição de 1988, artigo 144, informa-se que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida pela preservação da ordem pública e da incolumidade⁶ das pessoas e do patrimônio.

A ordem pública se constitui em bem jurídico que pode resultar ou ser compreendido pela violação concreta da integridade das pessoas ou do patrimônio de terceiros, assim como a saúde pública (nas hipóteses de tráfico de entorpecentes e drogas afins).

Dentro da Constituição Federal de 1988, aponta-se que a Polícia Civil é dirigida por delegados de polícia de carreira. Incumbe à competência da União, as funções de polícia judiciária e de a apuração de infrações penais, exceto as militares.

É de competência da Polícia Civil, através de ordens delegadas pela autoridade máxima – no caso os Delegados – apuraram infrações e determinam medidas cautelares.

⁶Incolumidade, conforme o Código Penal, art. 250 ao art. 285, inclui riscos de incêndio, explosão, uso de gás tóxico, inundação, epidemias, envenenamento de água potável, exercício ilegal de Medicina entre outros. (BRASIL, 1940).

Agindo dessa forma, preservam possíveis provas, até que haja uma execução judicial, logo após o término das investigações, também é de atribuição da Polícia Civil cumprir mandado de prisão, entre outras diligências encaminhadas pelo Poder Judiciário ou Ministério Público.

Assim, zelam pela sociedade e/ou indivíduo, através de medidas de proteção entre outras atribuições conforme Lei n. 10.994/1997, atualizadas pela Lei n. 14.649, de 18 de dezembro de 2014.

A Lei n. 7.366/1980, Estatuto dos Servidores da Polícia Civil, indica claramente como se dá a hierarquia da Polícia Civil no Estado. Conforme, o artigo 76 a Polícia Civil é uma organização baseada na hierarquia e na disciplina.

Através do artigo 7 da Lei 10.994/1997 verifica-se que são princípios da Polícia Civil a unidade de procedimentos, a hierarquia e a disciplina onde o policial tem que obedecer às regras, aos superiores, e a regulamentos (RIO GRANDE DO SUL, 1997).

Dentro dos órgãos que compõem a polícia civil, existem vários setores que compõe a organização da Polícia Civil no Estado. Dentro do artigo 9 da lei já citada, destaca-se que a Organização Básica é fragmentada em setores ou órgãos, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 – Organização Básica da Polícia Civil

Nome do Órgão	Divisões
Órgãos de direção	a) Chefe de Polícia; b) Subchefe de Polícia; c) Corregedoria-Geral – COGEPOL.
Órgão de assistência e assessoramento	Vinculados ao Chefe de Polícia; a) Gabinete do Chefe de Polícia - GCP; b) Gabinete de Inteligência e Assuntos Estratégicos – GIE.
Órgãos colegiados	a) Conselho de Administração Superior - CAS; b) Conselho Superior de Polícia – CSP.
Órgãos de execução regionalizada, vinculados ao Chefe de Polícia.	a) Departamento de Polícia Metropolitana - DPM; b) Departamento de Polícia do Interior – DPI.
Órgãos de execução especializada, vinculados ao Chefe de Polícia.	a) Departamento Estadual de Polícia Judiciária de Trânsito - DPTRAN; b) Departamento Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP –; (Redação dada pela Lei n.º 14.273/13); c) Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico - DENARC; d) Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC; e) Departamento Estadual da Criança e do Adolescente - DECA; f) VETADO.
Órgãos de execução direta, vinculados aos órgãos de execução regionalizada ou especializada.	a) Delegacias Regionais - DRP; a) Delegacias de Polícia Regionais - DPR; (Redação dada pela Lei n.º 12.102/04); b) Delegacias de Polícia Especializada, Delegacias de Polícia Distritais - DPD e Delegacias de Polícia - DP; c) Centros de Operações – CO; d) Delegacias de Polícia de Pronto Atendimento – DPPA; (Redação dada pela Lei n.º 12.102/04).
Órgãos de Apoio Administrativo e de Recursos Humanos, vinculados ao Chefe de Polícia.	a) Academia de Polícia Civil - ACADEPOL; b) Departamento de Administração Policial - DAP; c) Departamento Estadual de Telecomunicações - DETEL; d) Departamento Estadual de Informática Policial – DINP.

<p>Estado do Rio Grande do Sul Assembleia Legislativa</p>	<p>Gabinete de Consultoria Legislativa</p> <p>Os cargos de Subchefe de Polícia, de Corregedor Geral de Polícia e de Diretor dos Departamentos e da Academia de Polícia são privativos de Delegados de Polícia da classe final da carreira.</p> <p>Os cargos de Subchefe de Polícia, Vice Presidente do Conselho Superior de Polícia, Corregedor-Geral de Polícia e Diretores dos Departamentos e da Academia de Polícia são privativos de Delegados de Polícia de classe final da carreira. (Redação dada pela Lei n.º 12.102/04).</p> <p>As Divisões, Subdivisões, Serviços, Seções e órgãos do mesmo nível serão previstos no regimento interno da Polícia Civil (Incluído pela Lei n.º 12.102/04)</p>
---	--

Fonte: RIO GRANDE DO SUL (1997).

Nas delegacias que existem nas cidades, do Estado, mais precisamente na cidade de São Borja onde será realizado o presente estudo existem os Delegados de Polícia, que têm por seus subordinados os Agentes de Autoridade que se distribuem em cargos de Comissário de Polícia, Inspetor e Escrivão.

Havia investigador, porém o cargo foi extinto. O brasão da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul utilizado na atualidade é exposto abaixo:

Figura 1 – Brasão da Polícia Civil do Rio Grande do Sul



Fonte: <www.policiacivil.rs.gov.br>

Em termos de estrutura a administração das delegacias de São Borja, ocorre no mesmo prédio situado à Avenida Presidente Vargas, n. 2062. Existem dois Delegados, titulares da 1º DP e DPPA.

Os setores do plantão funcionam 24 horas. A recepção recebe e encaminha intimados, documentos e realizam os protocolos. A secretaria recebe todos e variados documentos e ocorrências do plantão e repassam aos delegados para que os mesmos sejam apreciados.

Existem os cartórios que constituem salas dentro do prédio na delegacia onde policiais atuam na investigação que envolve variados crimes.

As delegacias de São Borja, assim como as demais do Estado, atuam conforme as regiões, mas atualmente nesta cidade as duas delegacias atuam em conjunto. A 1º Delegacia de Policia fica responsável por delitos de maior potencial ofensivo.

Existem 07 cartórios entre eles: Cartório da Criança e Adolescente; Cartório da Mulher, Cartório de Cautelares; Cartório Geral, Cartório de Tráfico, Cartório de Furto/Roubo, este último requer apuração posterior no local do fato, atualmente possui 14 servidores, entre Escrivães, Inspetores, Comissário e Delegado.

A Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento é responsável pelo Plantão onde 02 Policiais Civis ficam a disposição 24 horas para registros de ocorrência, são duplas que diariamente trabalham 24 horas e descansam 72 horas.

A delegacia é responsável por 03 cartórios de Termos Circunstanciados – são procedimentos instaurados para apurar delitos de menor potencial ofensivo –. Há atualmente 11 servidores na Polícia Civil entre Escrivães, Inspetores e Delegado, totalizando 25 policiais civis.

Para o ingresso na carreira de Delegado na Polícia Civil, é realizado concurso público de provas e títulos, regidos por leis em comum acordo com a ACADEPOL (Academia de Departamento Policial).

O concurso se dá através de provas de capacitação intelectual e física, capacitação psicológica, exames de saúde e curso de formação profissional – Direito – o candidato aprovado em todas as etapas e inclusive na academia, toma posse e terá variadas atribuições.

Atribuições como, presidir inquéritos policiais onde os delitos são considerados graves como: homicídios tanto os tentados como consumados, entorpecentes, ameaças e agressões que envolvam crianças e ou adolescentes, fraudes, roubos, furtos, embriaguez entre outros delitos.

Ainda são responsáveis pelos Termos Circunstanciados que são considerados os crimes mais leves, como calúnia, difamação, vias de fato, danos, acidentes de trânsito sem lesão ou com lesão leve, dano ambiental, apropriação indébita entre outros.

O delegado atua realizando prisão em flagrante pode pedir perícias em qualquer ato delituoso que exija a mesma, apreender objetos, veículos entre outras, tem o poder de gerenciar o órgão policial ao qual estiver lotado.

Para o ingresso de Escrivães e Inspetores ocorrem concursos públicos, onde também serão realizadas as provas e etapas distintas como prova aptidão física, psicológica e exames de saúde, exige-se também ter nível superior.

As atribuições são diferentes, apesar de que no cotidiano, ambos possuem atribuições semelhantes, uma vez que Inspetor de Polícia faz o serviço de Escrivão e vice versa. As atribuições de Escrivão:

São atribuições do Escrivão de Polícia, entre outras previstas em Lei: escriturar ou orientar a escrituração dos livros cartorários de delegacias; lavrar e expedir certidões; lavrar autos de prisão, de apreensão, de restituição, de depósito, de acareação e de reconhecimento; lavrar termos de declarações, de ocorrência, de fianças, de compromisso e de representação; recolher fianças, nos termos da legislação; exarar boletins estatísticos; atualizar arquivos e bancos de dados; cumprir e fazer cumprir as determinações das autoridades policiais; participar de diligências externas, realizando prisões e intimações; portar arma de fogo de uso regulamentar; conduzir veículos oficiais; executar tarefas administrativas. (RIO GRANDE DO SUL, 1998).

Quanto às atribuições do Inspetor de Polícia destaca-se as seguintes:

[...] realizar diligências, operações, vigilâncias e atos investigatórios; efetuar prisões, buscas e apreensões; cumprir mandados; colaborar na execução de atividades procedimentais e administrativas; cumprir e fazer cumprir as determinações das autoridades policiais; manter atualizados os bancos de dados de interesse da investigação policial; elaborar relatórios de investigação; portar arma de fogo de uso regulamentar; conduzir veículos oficiais; executar tarefas administrativas (RIO GRANDE DO SUL, 1998).

O policial civil do Rio Grande do Sul pode chegar até a 4^o classe em sua carreira e depois disso pode ser nomeado comissário, o último grau que um policial pode chegar, “o Comissário de Polícia poderá responder pelo expediente administrativo de Delegacia de Polícia de 1^a categoria, sendo vedada a prática de atos privativos de Delegado de Polícia” (RIO GRANDE DO SUL, 2004a).

Destaca-se que o ambiente onde o policial exerce sua atividade é repleto de relações de poder.

O poder disciplinar, graças à vigilância hierarquizada, torna-se um sistema “integrado” ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como poder múltiplo, automático e anônimo; pois se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. (FOUCAULT, 2007, p.148).

Faleiros (2011) trata sobre os assuntos ligados a relação entre classes e forças sociais e a ligação entre Estado e Sociedade e as Instituições – destaca-se que essa arena de conflitos rebate no profissional que vende sua força de trabalho –.

Na visão do autor, as instituições não são um simples fenômeno superestrutural, são organizações transversais a toda a sociedade. Elas aparecem em níveis, mesmo distantes da empresa, elas podem “compensar” desequilíbrios do processo produtivo. “No interior de uma empresa produtiva, a instituição dos serviços sociais está vinculada ao processo político global do desenvolvimento das condições da acumulação do capital” (FALEIROS, 2011, p. 32). Embora no âmbito da organização policial não almeje o lucro, muitos crimes cometidos giram em torno dos conflitos inerentes ao capital.

Quanto ao objeto de trabalho do policial, destaca-se que é notório que na contemporaneidade a violência é visível em todo lugar. O policial, diariamente atua em situações que levam e geram a violência.

Para que o policial esteja ativo para intervir nas mais diversas realidades necessita manter boa saúde tanto física quanto mental. Conforme a Constituição Federal de 1988, no que se refere à saúde pode-se afirmar que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

A função de Policial Civil, pela demanda de trabalhos nessa categoria profissional, muitas vezes, torna-se visada pela sociedade, são cobranças por soluções rápidas. A população reage firme para que a segurança torne-se forte e que lhe passe segurança.

Através desse pensamento, o policial civil é atingido por possíveis sofrimentos psíquicos e naturais tensões e riscos que afetam a saúde do policial. Há necessidade que haja clareza quanto um conceito mais amplo de saúde na perspectiva de:

[...] saúde como “estado de completo bem estar, físico, mental e social, não meramente a ausência de doença ou enfermidade” essa definição amplamente usada, embora muitas vezes criticada como super abrangente e de difícil realização, chama atenção para a importante mudança que teve lugar na segunda metade do século XX: a substituição de um modelo estritamente biomédico de saúde, por um conceito mais holístico e social. (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 677).

A saúde é um serviço público e assim sendo, a Lei determina que a titularidade e/ou responsabilidade é do Estado. A saúde pública deve ser um serviço excepcional que permite que seja efetivado tanto pelo poder privado quanto o poder público.

A Lei 8.080/1990 indica que todos devem ter direito ao uso do Sistema Único de Saúde, dentre eles os policiais. Destaca-se que:

Esta lei regula em todo o território nacional, as ações e serviço de saúde, executados isolados ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado. (BRASIL, 1990).

O poder do Estado é de dupla titularidade, pois ao mesmo tempo em que, regulamenta, fiscaliza e controla também se faz executor do Sistema Único de Saúde. Atualmente no SUS, existem varias inter-relação de atendimentos públicos assim como conveniados aos serviços privados.

A meta do SUS é atender a todos os cidadãos. O policial assim como qualquer outro trabalhador, possui uma carga horária de 40 horas semanais, muitas delas exaustivas, podendo a qualquer momento sofrer algum acidente de trabalho ou ate mesmo sofrimentos psíquicos, existe um grande risco operacional atrelado às funções desses profissionais.

A saúde deve ser vista enquanto politica pública entendida como um processo de atividades.

Essas atividades constituem-se de sistemas complexos de decisões, tomadas por parte da autoridade legitima (ou instituições governamentais), de acordo com a lei. Entre essas atividades são: preparação da decisão politica, agenda setting, formulação, implementação, monitoramento e avaliação. (RODRIGUES, 2010, p. 47).

Para elucidar será exposto cada atividade ligada a tomada das decisões em determinada política pública. A preparação da decisão política refere-se à formação da questão a ser resolvida, um de seus questionamentos são: o problema existe?

Na sequência existe a agenda setting (formação da agenda) nesse momento, o “problema” para o governo torna-se uma questão pública, consiste no questionamento, porque alguns problemas ganham maior espaço na agenda politica do governo e outros são esquecidos, não têm importância.

A formulação consiste na discussão do que se torna aceitável e pertinente é uma análise de informação sobre o problema em questão. Conforme Rodrigues (2010, p. 51), “a implementação em termos gerais, significa a aplicação da politica pela máquina burocrática de governo. Refere-se ao estágio de planejamento administrativo e de

recursos humanos no processo político”. O monitoramento, segundo Rodrigues (2010, p. 51), “é uma avaliação pontual das ações do governo referentes ao impacto da implementação”. Finalmente, ocorre a avaliação que equivale aos resultados da política pública aplicada e efeitos gerados, onde serão observados se as metas foram atingidas.

Os policiais podem recorrer ao INSS – Instituto Nacional de Seguro Social – que atende alguns fatores que envolvem possíveis acidentes dos trabalhadores, enquanto política de atendimento público em saúde. O INSS dentro de suas atividades realiza ações voltadas à segurança no trabalho, existem as seguintes informações do que vem a ser acidente no trabalho. Segundo o artigo 19 da lei n. 8.213/1991, acidente do trabalho:

[...] é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, ou pelo exercício do trabalho do segurado especial, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, de caráter temporário ou permanente”. Pode causar desde um simples afastamento, a perda ou a redução da capacidade para o trabalho, até mesmo a morte do segurado. (BRASIL, 1991).

É importante salientar, que são considerados acidentes de trabalho fatos ocorridos, tanto no trajeto de um servidor quando se desloca de casa para o local de trabalho, assim como próprio cotidiano de trabalho.

Já a doença profissional é entendida como ocorrida da atividade do efetivo exercício de trabalho, certas doenças são decorrentes das condições que o trabalhador se encontra, onde o trabalho é realizado⁷.

Destaca-se que os servidores do Estado possuem o plano de saúde IPE – Instituto de Previdência do Rio Grande do Sul. A Lei Complementar n. 12.134/2004, que dispõe sobre o IPE – Saúde e suas providências, menciona que:

Art. 1º: O Sistema de que trata o “caput” engloba um conjunto de ações visando à prevenção de doenças, à promoção, educação e assistência à saúde de seus usuários, constituído pelo Plano Principal, também denominado IPE-SAÚDE e por Planos Suplementares e Complementares, que já existam ou que venham a ser criados, para o aprimoramento, qualificação, maior abrangência e efetividade da cobertura prestada. Art. 2º - Integram o Plano IPE-SAÚDE os atendimentos médicos, hospitalares, os atos necessários ao diagnóstico e ao tratamento, bem como ações de prevenção da doença e à promoção da saúde (...). (RIO GRANDE DO SUL, 2004b).

⁷ Disponível em: <<http://previdencia.gov.br/>,2015>. Acesso em: 20 mai. 2016.

No ambiente onde um policial atua, há diversidades de comportamentos, pensamentos e ações. O policial civil é amparado na sua carreira pela Lei n. 7.366, de 29 de março de 1980 – Estatuto dos Servidores da Polícia Civil, onde além de outros direitos e deveres o servidor é amparado pelo Estado referente à saúde. Assim, a “assistência médico-hospitalar será custeada pelo Estado, quando acidentado ou acometido de doença adquirida em serviço ou em consequência dele” (RIO GRANDE DO SUL, 1980).

Dentro do Órgão da Polícia Civil existe o SAS (Serviço de Assistência Social e Departamento de Administração Policial), criado em 12 de setembro de 1980, antes denominado AA “Assessoria Assistencial”. Tem como fundador o Prof^o Phenicio Buchabqu.

Em 28 de setembro do mesmo ano, foi instituído o Regulamento da Assessoria Assistencial. Em 17 de outubro de 1988, o SAS (Serviço de Assistência Social) passa ser vinculado ao DAP (Departamento de Administração Policial) Ihe promovendo maior visibilidade entre os policiais.

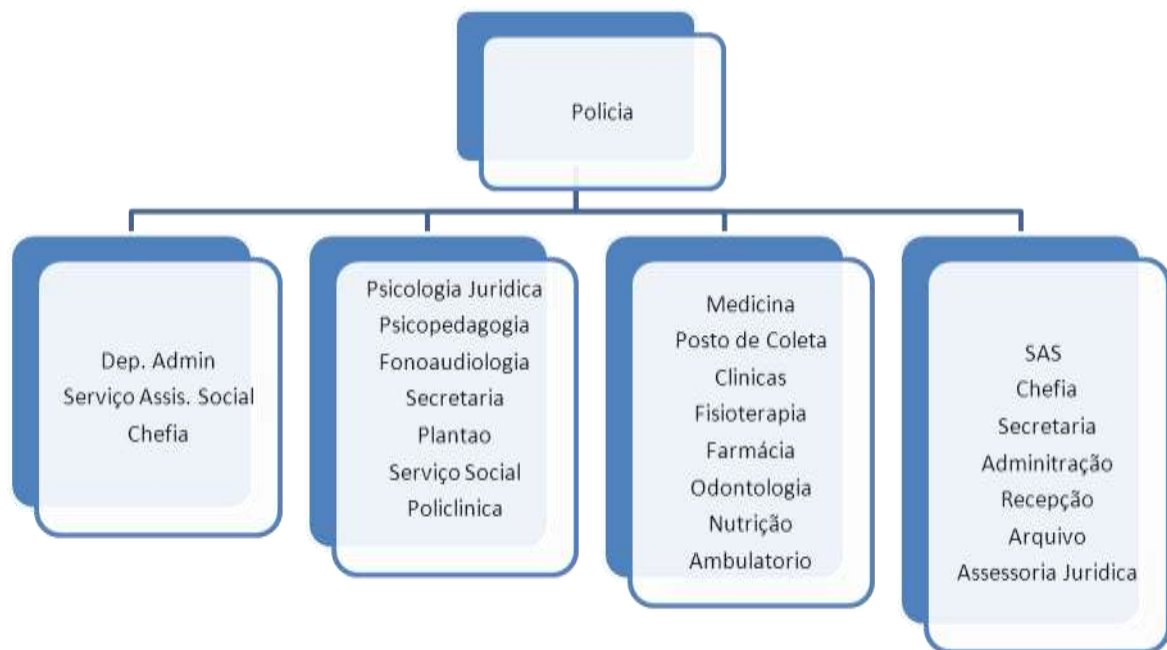
O SAS tem a missão de promover a saúde de seus servidores e dependentes, seja ela física psíquica e social, dando maior atenção aos servidores na ativa, tem a intenção de prevenir riscos, através da educação, conscientização e exercício de cidadania é um serviço gratuito aos policiais, mas somente prestado na capital do Estado na cidade de Porto Alegre.

Conforme o artigo 311 do Regimento Interno da Polícia Civil é da competência do SAS prestar suporte aos Servidores da Policia e aos seus dependentes diretos. Este órgão é responsável pela promoção, prevenção e cuidado de saúde dos servidores e seus dependentes.

O SAS funciona em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul – a uma distância de 614 km de São Borja, assim servidores do interior do Estado têm que se dirigir a Capital para receber auxilio que necessitam, pois não existem postos de atendimento especializados por região ou no município de instalação das delegacias.

Os Policiais possuem esse direito, mas somente quem é lotado na capital e região tem acesso aos serviços com maior rapidez. Destaca-se o organograma dos órgãos responsáveis pelo atendimento.

Figura 2 – Serviços de atendimento ao policial



Fonte: SAS⁸ (2014).

Os policiais passam por vários exames de aptidões físicas e psicológicas, para que haja um bom desempenho profissional da área de segurança pública nas ruas. Desta forma, o governo empenha-se para que tais profissionais tornem-se qualificados em cumprimento ao seu compromisso com a população.

Embora haja uma postura da sociedade, em relação à cobrança de resultados imediatos para diminuir a criminalidade que atinge a todos da sociedade, há de se ter o cuidado de entender que o Policial também é sujeito que tem necessidades, além de ser um ser humano, com todas suas responsabilidades, também tem que cuidar de si próprio, de sua saúde, pois como já foi descrito, as doenças não são somente físicas, são também psicológicas.

Assim como qualquer cidadão, que paga seus impostos e cobra seus direitos, o Policial também tem o direito de usufruir de auxílios e de ser protegidos por leis que os amparem nessas situações diversas.

⁸ Informações fornecidas pelo Serviço de Assistência Social da Polícia Civil/RS através de solicitação pelo e-mail dap-dsa@pc.rs.gov.br, em 5. nov. 2014

3 SITUAÇÕES DE RISCO NO TRABALHO DO POLICIAL CIVIL

O presente capítulo abordará questões relacionadas ao cotidiano de violência que envolve o trabalho policial assim como reflexão sobre como esse contexto de trabalho pode gerar inclusive acidentes de trabalho que tem levado ao afastamento das atividades de trabalho. Embora o foco do trabalho resida nas patologias que levam ao afastamento, é fato que a vivencia cotidiana num cenário exposto a violência podem levar gradativamente ao surgimento de angustias que podem levar ao adoecimento. O acidente de trabalho não foi aprofundado no estudo, porém é discutido nesse capítulo uma vez que gera patologias que levam ao afastamento do trabalho por questão de saúde.

Pode-se dizer que a violência se instalou no país muito antes do Regime Político da República Velha em (1889 – 1930) – a violência é manifestada desde o surgimento das primeiras civilizações, porém o recorte aqui foca a questão da violência atrelada a segurança pública –.

Alguns tipos de violência podem estar interligados aos Regimes Políticos, sendo estes regimes um conjunto de instituições e normas, e está na condição de liderança, fazendo com que tais normas (procedimentos que garantem a repetição constante de determinadas comportamentos), se perpetuem.

São essas normas que ao mesmo tempo proíbem, fazem perdurar a violência. Pode-se dizer que a violência esteve e está presente em todo país e em qualquer época histórica.

A violência tem campo fértil nas relações de poder que se estabelecem “relações de dominação ocorrem quando as relações de poder, são sistematicamente injustas, efetivadas em decorrência da posse de capital seja material (econômico) ou simbólico por uma pessoa, grupos ou instituições (...)” (CADEMARTORI; ROSO, 2012, p. 35).

3.1 A violência no cotidiano de trabalho

A violência está presente, no cotidiano de todas as pessoas, todos os dias, há notícias de violência em todas as regiões, cidades, países, não há uma pessoa sequer que não tenha conhecimento sobre fatos, que aconteceram com pessoas próximas, ou a si próprias. Assim os mais variados tipos de violência independem de raça, poder

aquisitivo, gênero ou religião. A violência já não é novidade nos dias atuais. No Brasil, sua existência, vem atingindo inúmeras pessoas a todo momento. Destaca-se que:

O número de mortos por disparo de armas de fogo no Brasil chegou a 42.416 pessoas em 2012, o equivalente a 116 óbitos por dia, revela a mais nova edição do levantamento “Mapa da violência 2015: mortes matadas por armas de fogo”, de autoria do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz. Nada menos que 40.077 dessas mortes (94,5%) resultaram de homicídios. Tanto o total de vítimas de armas de fogo quanto o número de assassinatos praticados com armas de fogo são os mais altos já registrados no país pelo Mapa da Violência, cuja série histórica começa em 1980 e vai até 2012. (UNESCO, 2015).

A violência pode ser esclarecida, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), como sendo uso de força física ou poder, dentro desses itens incluem-se todos os abusos físicos, sexuais e psicológicos, assim como suicídios.

A ameaça pode ser vista como violência, pois constitui forma de intimidação que pode atingir indivíduos, comunidades ou grupos. A violência é considerada um fator mundialmente crescente, pois atinge pessoas em variadas situações e localidades, sendo que muitos casos sequer são registradas, principalmente as que ocorrem na zona rural sendo desconhecidas por parte da população e autoridades. Embora pesquisas indiquem núcleos específicos mais suscetíveis à violência – negros, vulneráveis economicamente, mulheres, idosos, crianças etc. – é fato que todos estão sujeitos a sofrerem as mais variadas formas de violência seja, urbana, seja dentro da própria família.

A razão do crescimento da violência no Brasil implicam fatores difíceis de esclarecer, pode-se citar a violência nos assaltos à mão armada, seja ela com armas de fogo ou branca⁹, a violência dentro de casa, como registradas por meio da Lei Maria da Penha, tráfico de drogas, que usualmente usam menores para a venda entre tantas outras.

O policial civil depara-se em seu cotidiano de trabalho com as mais diversas manifestações de violência. Geralmente, as intervenções do policial estão atreladas a situações que culminaram em violência.

A partir dessas situações o policial civil, entra em ação na tentativa de frear qualquer tipo de violência ou repressão, age no combate a qualquer tipo de criminalidade.

⁹O Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000, indica que por arma branca entende-se artefato cortante ou perfurante, normalmente constituído por peça em lâmina ou oblonga.

O policial civil, diariamente tem contato com inúmeros tipos de violências onde se destacam estupros, sequestros, homicídios, roubos, torturas, esses entre outros.

As notícias sobre crimes bárbaros estão estampados em jornais, são as mais variadas notícias na televisão, revistas e outros meios de comunicação. Todo e qualquer forma de violência leva a crer que a sociedade está desintegrada.

Esta violência gera um medo coletivo e demonstra o descontrole das autoridades e falta de políticas públicas direcionadas a solucionar os problemas de segurança pública, pois os fatores “responsáveis por reações violentas, quer sejam derivados de atitudes e comportamentos ou de condições sociais, econômicas, políticas e culturais mais amplas, podem ser modificados” (DAHLBERG; KRUG, 2007, p. 1163). Assim, a violência pode ser vista como um problema global de saúde pública.

De toda a forma, a profissão de um policial é considerada de alto risco, pois lidam com toda a forma de violência e brutalidade, pode-se dizer que esta profissão é uma das mais estressantes existentes.

Esses profissionais correm riscos diariamente, os policiais civis, não são policiais nas oito horas diárias que devem cumprir, são policiais 24 horas por dia, são pessoas visadas pelos chamados marginais, bandidos, tanto o profissional quanto sua família pode ser alvo fácil de algum tipo de maldade ou vingança. Tudo isso acarreta risco físico e afeta o psicológico, o que pode gerar um possível estresse, que afeta tanto suas relações sociais quanto de trabalho.

Segundo Limongi-França (2002 apud OLIVEIRA; BARDAGI, 2010, p. 155), “o estresse no trabalho se refere a uma situação na qual a pessoa vê seu local de trabalho como ameaçador à sua necessidade de crescimento pessoal e profissional ou à sua saúde física e psíquica”. Prejudicando, assim, sua relação com o trabalho, à medida que este trabalho se torna muito excessivo para a pessoa ou esta não possui estratégias adequadas para lidar com a situação pode ter sua vivência diretamente afetada.

Considerando que a intervenção do policial está relacionada, diretamente com vários tipos de violência é inevitável que os mesmos estejam expostos a um estresse decorrente do cotidiano, na intenção de prevenir possíveis atos de violência, sejam eles leves ou não.

O policial – que é um ser humano como qualquer outro – torna-se frequentemente irritado, estressado onde geram consequências que podem levá-lo a fragilizações

consequentemente a patologias diversas ou até algum acidente no trabalho e por consequência afastamento de suas atividades profissionais.

3.2 O acidente de trabalho

Para abordar o acidente de trabalho, há de se considerar, que no exercício da profissão considerada de risco, há o acidente visível, onde o corpo está ferido – muito comum nos policiais uma vez que são facilmente perceptíveis – e o invisível aos olhos, onde estão os problemas psicológicos que afetam a saúde mental do profissional.

Em ambos os casos, além de afetar o profissional há um acometimento de situação de adoecimento mental que também atinge sua família. Destaca-se quanto ao acidente de trabalho do policial que:

Conforme a Classificação Internacional de doenças (CID), as formas externas de acidentes são relacionadas com (trânsito e transporte, quedas, afogamentos, queimaduras etc.) e as agressões com (homicídio, suicídio, lesões e ferimentos gerados em confronto etc.). (SOUZA; MINAYO, 2005, p. 920).

Existem classificações sobre os referidos acidentes externos e também internos, todos incluídos no CID, é importante saber, que cada setor de segurança pública classifica os acidentes conforme as siglas que cada doença/ acidente possui.

(...)Y21 Afogamento e submersão, intenção não determinada Y22 Disparo de pistola, intenção não determinada Y23 Disparo de fuzil, carabina e arma de fogo de maior calibre, intenção não determinada Y24 Disparo de outra arma de fogo e de arma de fogo não especificada, intenção não determinada Y25 Contato com material explosivo, intenção não determinada Y26 Exposição a fumaça, fogo e chamas, intenção não determinada, etc (...) (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1994, p. 337).

Qualquer policial, que sofre doenças decorrentes do trabalho possui um auxílio conforme consta na Lei n.º 7.366 de 29 de março de 1980, esse atendimento é indicado como sendo um direito do policial a receber “assistência médico-hospitalar custeada pelo Estado, quando acidentado ou acometido de doença adquirida em serviço ou em consequência dele” (RIO GRANDE DO SUL, 1980).

Há desafios constantes a serem vencidos na correria da rotina policial, como os de manter a ordem nas cidades e absorver a pressão dos superiores, para que o trabalho seja bem feito e não haja falhas.

Nas operações exigisse que o policial tenha uma saúde exemplar e conquiste apoio de seus colegas para tomada de decisões. Pois, qualquer ação pode por sua vida ou de seus colegas em risco.

Há pressão cotidiana constante no trabalho, pois há situações diversas que levam até mesmo ao suicídio quando não se tem a estrutura psicológica adequada uma vez que todos estão propensos a riscos constantes quer sejam nas ruas, ou até mesmo dentro da própria Instituição.

Para atendimento as mais diversas demandas dos profissionais existem o Serviço de Assistência Social (SAS). De acordo com o Art. 311 do Regimento Interno da Polícia Civil, competem ao Serviço de Assistência Social – SAS, prestar assistência aos Servidores da Polícia Civil e aos seus dependentes diretos (RIO GRANDE DO SUL, 1980). O Serviço de Assistência Social (SAS) é o órgão da Polícia Civil responsável pela promoção, prevenção e cuidado da saúde dos servidores e seus dependentes¹⁰.

Conforme dados coletados do SAS¹¹ – a partir do acompanhamento dos Policiais –, no ano de 2012, ocorreram 27 acidentes entre os servidores da Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, sendo 21 deles reconhecidos¹².

Os acidentes são decorrentes de acidente de trânsito, arma de fogo, suicídio entre outros nos quais estão incluídos, fraturas, lesões, quedas e cortes. O índice mais alto no ano de 2012, foram às lesões ligadas a fraturas, quedas e outros no total de 13 policiais. Houve 01 caso de homicídio, 05 casos de acidente de trânsito e 05 acidentes com arma de fogo.

No ano de 2013, ocorreu um aumento no número de acidentes em número total de 29 acidentes, 13 deles reconhecidos, os mesmos casos relacionados no ano de 2012, se repetem em 2013 com aumento. O índice mais alto ano de 2013, foram às lesões de fraturas, quedas e outros no total de 08, houve 03 casos de homicídio, 03 casos de

¹⁰ Disponível em: < <http://dap.pc.rs.gov.br/conteudo/22085/servico-de-assistencia-social>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

¹¹ Informações fornecidas pelo Serviço de Assistência Social da Polícia Civil/RS através de solicitação pelo e-mail dap-dsa@pc.rs.gov.br, em 5. nov. 2014.

¹² Acidentes reconhecidos são os que constam na classificação do CID.

acidente de trânsito, 02 casos acidentes com arma de fogo e 03 casos de falecimento por motivos diversos.

As patologias presentes giram em torno de fraturas, lesões, doença mental, neoplasia, cardiologia, oftalmologia, alcoolismo, aparelho digestivo geniturtaria, etc., cujo levantamento foi realizado pelo DEMEST (Departamento Pericia Medica e Saúde do Trabalhador do RS) no ano de 2012.

Nessa pesquisa, são mostradas as doenças que afetam tanto gênero masculino, quanto feminino. Destaca-se que a doença mental, nesse ano, atingiu cerca de 149 homens e 180 mulheres – provavelmente, porque mulheres buscam auxílio e registram com maior frequência suas necessidades de saúde –.

Atendimentos direcionados a ortopedia/traumatologia atingiram cerca de 220 homens e 135 mulheres, pós-operatório 123 homens e 142 mulheres, neoplasias 05 homens e 25 mulheres, atendimento na cardiologia 23 homens e 22 mulheres, atendimento de oftalmologia 13 homens e 8 mulheres, dependentes de álcool atingiram 13 homens e entorpecentes 06 homens não há casos e envolvimento de mulheres com álcool e outros tipos de drogas.

Destaca-se que a Segurança Pública é um dever do Estado e considerada direito de todos. O significado de Segurança é muito maior e mais amplo que o simples policiamento, no entanto a manutenção da segurança e a prática da ordem contribuem para a realização de uma missão diretamente destinada a responsabilidade do policial. Esse policial tem que ser visto também como sujeito de direito:

[...] a noção de segurança pessoal deriva do mundo do trabalho e tem um sentido ordenador de direitos. Representa o conjunto de normas destinadas a prevenir acidentes, quer eliminando condições inseguras do trabalho quer prevenindo desastres ocupacionais. Esse conceito é importante para se pensar e analisar os policiais como trabalhadores, pois, cuidando da segurança coletiva são também sujeitos de direito, servidores públicos protegidos pela Constituição, que lhes assegura integridade física e mental, no desempenho de suas atividades. (SOUZA, MINAYO, 2005, p. 919).

Na correria do cotidiano, pressões, horários a cumprir, metas, concorrência, levam qualquer ser humano a uma estafa mental, esse cansaço muitas vezes são piores que o cansaço físico, desta forma pode afetar a saúde mental dos trabalhadores.

Portanto é importante ter uma visão do que realmente significa uma boa saúde mental. Entendessee por saúde mental o estado de equilíbrio entre a pessoa e o meio

sociocultural ao qual esta inserida, este estando em harmonia, permite que o indivíduo possa ter uma vida intelectual, social e laboral dentro da sociedade.

De acordo com Silva e Silva (2010, p. 382) “sociedade é uma combinação de instituições, modos de relação, formas de organização, normas etc., que constitui um todo inter-relacionado, no qual vive determinada população humana”.

Pode-se dizer que um indivíduo que goze de boa saúde mental, vive em harmonia na sociedade, e não tem suas funções intelectuais, emocionais prejudicadas. Já um indivíduo que não possui uma boa saúde mental, não consegue trabalhar suas emoções, quer sejam boas ou ruins, medos e frustrações, não respeita a si próprio e não respeita outras pessoas, não enxerga limites para suas ações.

Difícilmente a pessoa que não esta com uma saúde mental boa conseguem reconhecer que precisa de ajuda, e desta forma não procura tratamento.

Algumas formas de identificar quando um policial está com um possível distúrbio e ou doença mental reside na análise de questões físicas como, por exemplo, sintomas, que passam despercebidos, como sendo corriqueiros, dentre eles estão: dormir mal, acordar várias vezes à noite, sente-se nervoso (a), tenso (a) ou agitado (a) Sente-se triste, sem saber o motivo, cansado o tempo todo.

Muitos sentem dores de cabeça frequentemente, diante de algumas situações tem dificuldade para realizar com satisfação suas atividades diárias, não se alimentam direito por falta de apetite, reclamam de má digestão, assustam-se com facilidade.

Andam distraídos, têm sensações desagradáveis no estômago, tem perdido o interesse pelas coisas, possuem dificuldade de pensar com clareza, dificuldade no serviço (o trabalho é penoso e causa sofrimento), dificuldade para tomar decisões, tremores nas mãos, muitos choram mais que o costume, pensam que são incapazes de desempenhar um papel útil na vida.

Ainda podem sentir-se uma pessoa inútil, sem préstimo. Esses profissionais em um nível altíssimo de descontrole emocional e mental tem tido ideia de acabar com a vida. Nesse sentido destaca-se que:

A Segurança Pública consiste também em uma importante questão de Saúde Pública na medida em que o fazer policial não traduz apenas um conhecimento ou desconhecimento técnico, mas também a vivência de um sofrimento, cujas repercussões atingem um número expressivo de homens e mulheres, quer sejam policiais, quer sejam pertencentes à população em geral. (AMADOR et al., 2005, p. 17).

É fato que muitos acidentes de trabalho na intervenção profissional dos policiais são motivados por patologias diversas, cotidiano de trabalho tenso, pressão hierárquica, violências diversas, etc.

Os riscos de acidentes podem ser intensificados principalmente por patologias que envolvem a saúde mental, o que torna-se preocupante uma vez que os sinais demoram a ser percebidos.

Há necessidade da quebra de tabus que muitas vezes pregam que o policial deve ser um “super-herói”. Valoriza-se muito a saúde física em detrimento da saúde mental como se os policiais não pudessem possuir sentimentos, fragilidades e problemas emocionais.

4 REFLETINDO SOBRE A SAÚDE DO POLICIAL CIVIL: RESULTADO DO MAPEAMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

O presente capítulo trará uma reflexão sobre a saúde do policial civil na cidade de São Borja e conseqüentemente a questão do afastamento do trabalho. Foram analisados nas pastas funcionais as doenças que atingiram policiais desta cidade nos últimos cinco anos. Doenças essas consideradas graves e outras pode-se dizer cotidianas, onde de certa forma atingiu a maior parte do efetivo.

Pode-se dizer que o mapeamento demonstra de forma clara as patologias que mais atingem os policiais e em que ano foram mais altos os índices, deste modo pode-se constatar que o problema de afastamento em decorrência de saúde existe o que exige políticas de atendimento aos servidores.

Vale salientar que verificou-se as pastas de todos os policiais entre Escrivães e Inspetores, no total de 23 homens e 13 mulheres – assim, foram analisadas 36 pastas de efetividade –. As idades variam entre 22 anos a 63 anos. Quanto ao tempo de serviço a variação foi de um ano e três meses de função a 30 anos de serviços prestados a comunidade.

4.1 Incidência e índices de afastamento do cotidiano de trabalho: em foco motivos e patologias

Ao tratar desta questão é importante esclarecer a diferença entre índice e incidência, dessa forma tem-se uma melhor compreensão sobre o tema abordado. Índice remete a questão numérica quantitativa geralmente, já à incidência embora seja numérica está mais ligada à frequência de uma ocorrência ou de um fato. Para esse trabalho o índice, nada mais é que uma expressão numérica que relatará a quantidade de vezes que os policiais afastaram-se das suas funções e incidência relata quantas vezes uma determinada doença atinge os policiais em um período de tempo, ou seja, patologias reincidentes.

No decorrer da pesquisa no ano de 2010, foi constatado índices de afastamento que mostraram-se crescentes. Levando de 01 a 195 dias de afastamento. Em 2010 ocorreram 12 afastamentos, 02 deles por motivos psicológicos, com 195 dias de afastamento, 01 afastamento por tendinite no ombro com 60 dias, 01 afastamento por

rompimento tendão 60 dias, 01 afastamento por sistema endócrino por 07 dias, 01 afastamento leucemia crônica por 02 dias 01 afastamento por problemas intestinais por 02 dias e 01 afastamento estresse por 01 dia . No ano de 2011, ocorreram 10 afastamentos, 02 deles por questões psicológicas no total de 365 dias, 01 afastamento por sistema circulatório por 20 dias, 01 afastamento por problemas respiratórios por 07 dias, 01 afastamento por estresse por 07 dias, 01 por problemas de varizes por 03 dias e 01 por infecção na garganta por 01 dia. Os afastamentos de 2011 variaram de três dias a um ano e atingiram cerca de 10 policiais.

É relevante salientar que o tratamento psicológico manteve-se com dois servidores no ano de 2010 e outros dois servidores no ano de 2011 em um total de quatro servidores com problemas psicológicos – geralmente essa patologia é a que leva a mais dias de afastamento do trabalho –.

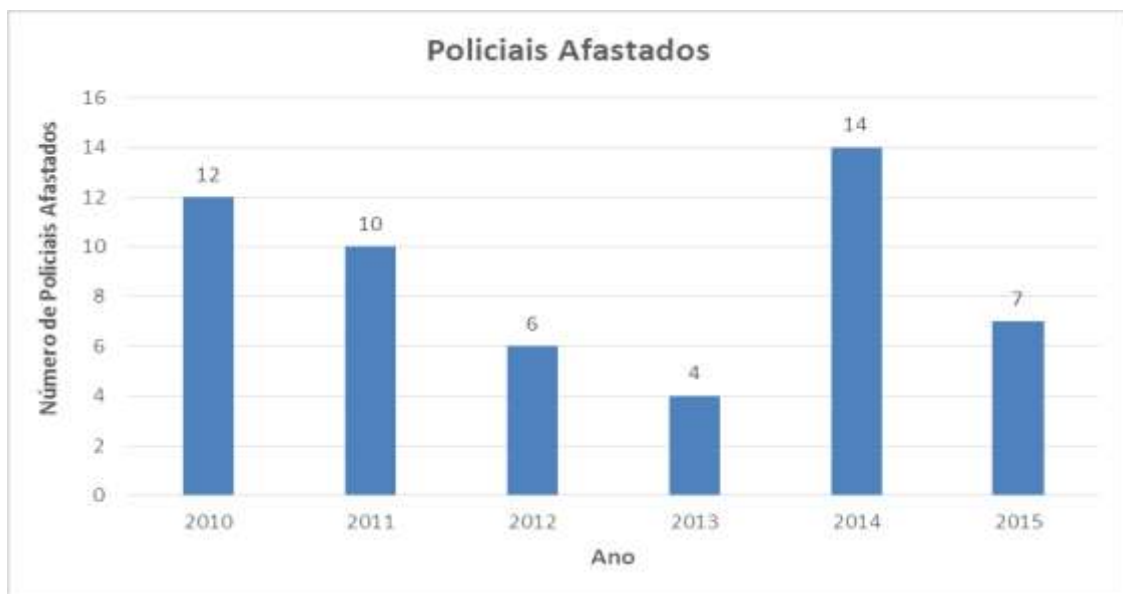
Em 2012, diminuiu a quantidade de servidores que se afastaram por motivos de saúde comparado com os anos anteriores. Assim, 2012 foi considerado um ano atípico, pois apenas 06 servidores se ausentaram de seu trabalho para tratamento de saúde totalizando 13 dias, problemas intestinais e gástricos 03 dias cada e leucemia crônica por 02 dias. Neste ano de 2012, houve um acidente de trabalho por descuido em cumprimento de MBA, onde um servidor injetou no dedo uma seringa que estava em uma gaveta. Nesse caso não houve contaminação e nem seu afastamento. No decorrer do ano de 2013, ocorreu novo declínio de afastamentos que variaram de 3 dias a 7 dias e atingiram somente 02 policiais, 01 por ameaça de AVC por 07 dias, 01 por leucemia crônica por 02 dias e é provável que o índice de afastamentos reduziu pois os servidores que foram submetidos ao tratamento psicológico aposentaram-se e outra servidora foi cedida a outro órgão.

Em 2014 ocorreu o maior índice de afastamentos variaram de 1 dia há 1 ano, 14 servidores necessitaram de intervenção médica. No último ano escolhido para a pesquisa dos dados, 01 servidor com problemas oftalmológicos 01 dia, 01 servidor com leucemia crônica 02 dias, 01 servidor com alergias na face 02 dias, 01 servidor com artrite por 02 dias, 01 servidor com dor nas articulações por 02 dias, 01 servidor com amigdalite por 03 dias, 01 01 servidor com problemas intestinais com 03 dias, 01 servidor com LER por 11 dias e 01 servidor com problemas psicológicos por 365 dias. No ano de 2015 apurou-se uma diminuição considerável de afastamentos comparados com 2014 ocorrerem

afastamentos de 1 dia a 7 dias, 01 servidor por problemas dentários 01 dia, 01 servidor por problemas gástricos por 01 dia, 01 servidor por leucemia crônica por 02 dias 04 servidores por problemas respiratórios com 07 dias atingindo somente 07 servidores.

Nesse ano houve um acidente de trabalho, em cumprimento MBA, na fuga de um indivíduo, um policial cortou a cabeça ao pular em uma janela, levando sutura obteve dispensa de 07 dias. A trajetória dos números de afastados pode ser observada no gráfico 1:

Gráfico 1 – Índice de afastamento dos policiais civis de São Borja de 2010 a 2015.



Fonte: PASTAS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES (2016).

Foram analisados os dados e verificou-se que no decorrer desses anos, houve maior índice de afastamento no ano de 2014. Esse dado pode ter sido motivado pois houve nesse ano forte pressão da “chefia” caracterizada como assédio moral, que delimitavam a ação dos servidores das delegacias.

Neste ano, foi realizada uma sindicância, para apurar as denúncias, o delegado titular da época foi transferido para outra delegacia e outra servidora considerada “braço direito do delegado” se afastou solicitando licença prêmio por tempo de serviço e logo se aposentou.

Vários profissionais foram ouvidos e seu perfil analisado para comprovar a veracidade dos fatos denunciados. Dados sobre os atendimentos realizados aos policiais

do ano de 2014, não constam nas pastas funcionais das delegacias, provavelmente como ocorreu sindicância tais documentos devem estar arquivados na 21ª Delegacia Regional de Polícia de Santiago que coordena as delegacias da cidade de São Borja e região da fronteira.

Esse fato vem destacar como a pressão, relações de poderes e hierarquia acabam influenciando o cotidiano de trabalho do policial o que certamente interfere no sua saúde, principalmente a mental.

A equipe do SAS se deslocou a São Borja, a pedido do delegado que foi transferido, pois nessa época houve a necessidade de atendimento em grupo, se deslocaram psicólogos e assistentes Sociais, que permaneceram em São Borja por 03 dias.

Conforme delegado B no que se refere ao atendimento do SAS, o mesmo informa que: “é satisfatório, pois quando a equipe é acionada comparece para verificar o problema”. Já o delegado A não se diz satisfeito, pois “primeiramente pela distância-POA, também é notório e sabido a falta de servidores lotados na área, para atendimento de todo o quadro policial (...) não existe ação preventiva”.

Nota-se o conflito de informações entre os gestores, enquanto o delegado B sente que o atendimento é satisfatório o delegado A sente que esse atendimento apenas não é o suficiente que se faz necessário uma ação preventiva aos policiais, para que acontecimentos como do ano de 2014 não se repitam.

Quanto às possibilidades e/ou sugestões o delegado A ainda sugere:

O primeiro passo para melhorar é contratar mais agentes de saúde para os quadros da polícia. A partir daí será possível efetuar um atendimento preventivo e de resultados (...) considerando que os profissionais de saúde lotados na Polícia Civil são de extrema qualidade a falta de pessoal prejudica a boa prestação de serviço.

Mesmo que o pico tenha ocorrido em 2014, os afastamentos de 2010 e 2011 são significativos considerando o número de policiais lotados nas delegacias. Fica claro a necessidade de equipe de atendimento básico nas unidades – como Assistentes Sociais, Enfermeiros, Fisioterapeutas, Psicólogos, etc. –.

Cabe referendar a importância de capacitações permanentes, momentos de diálogo e escuta, ou seja o que pode-se chamar de cuidar do cuidador. Ainda

acompanhamento da família do policial por meio de profissionais habilitadas certamente contribuiria com ações preventivas.

Já citadas como sendo importantes- as ações preventivas – que direta ou indiretamente podem evitar acidentes de trabalho, afastamento e patologias de ordem principalmente psicológicas, pois um ambiente hostil de trabalho assim como preocupações com situações externas ao trabalho podem gerar conflito e adoecimento do trabalhador.

Logo, existem evidências que assim como os policiais têm o compromisso em cuidar da sociedade, em dar segurança aos cidadãos, também devem esperar e ter direitos materializados via Estado de forma contínua não somente depois que o afastamento já ocorreu.

Os afastamentos ocorreram por problemas psicológicos, doenças como estresse, dores de cabeça, fadiga e etc. Nas entrevistas com os delegados quando questionados sobre os afastamentos ambos afirmaram que foi irrelevante os afastamentos por acidentes de trabalho, comparados às outras cidades do Estado.

Quanto os índices e incidência destaca-se a fala do Delegado A: “(...) o trabalho é estressante e com uso de armas. Os trabalhos policiais praticados nas ruas têm potencial para provocar acidentes e, também, doenças mentais (depressão, estresse, etc.). Mas a incidência é tão pouca que não é coletada como estatística...”. O delegado B expressa o seguinte posicionamento sobre os índices e incidência “não tem ocorrido muitos afastamentos de policiais por conta de saúde, atualmente os poucos casos são afastamentos pontuais de problemas fisiológicos – lesão corporal, doenças das articulações etc.”.

O delegado A afirma que os afastamentos pontuais foram os fisiológicos, nota também que uma das dificuldades enfrentadas pelos policiais relacionadas à saúde para se manterem ativos na função são ligados a estresse e problemas psicológicos.

O delegado B informou que “os servidores atualmente apenas se ausentam devido à enfermidade física”. Explica que no que se refere sobre as doenças que levaram ao afastamento não pode opinar, pois o mesmo está a pouco tempo lotado nesta cidade e não presenciou nenhum fato relevante.

No período dos anos de 2010 a 2015 várias patologias acometeram os policiais conforme irá se mostrar em gráficos posteriores, muitas delas embora significativas não

levaram a necessidade de se afastar, tanto pelo fato que não eram consideradas graves e pelos servidores terem a ciência que seu afastamento traria prejuízo nos andamentos dos procedimentos em sua carga.

Sabe-se que existe poucos policiais lotados em ambas delegacias, existem atualmente 26 policiais civis, quando seria necessário 60 policiais e que cada cartório funciona com um número bem reduzido de servidores, deste modo sobrecarregando os mesmos e desta forma desencadeando doenças físicas e psicológicas.

Assim, o policial, muitas vezes, doente acaba não se afastando para dar conta do trabalho. Destaca-se nesse cenário o papel que muitas vezes o Estado atribui ao policial.

[...] dada a necessidade de condicionamento da agressividade nas civilizações através de regras e punições, sobretudo pela emergência e expansão do poder de Estado, evidenciamos a profunda vinculação do aparato policial com o governo e com táticas de controle social. (AMADOR et al., 2002, p.12).

Assim vem a tona uma violência chamada invisível, conforme Chaui (1995 apud AMADOR et al., 2002, p. 12) destaca que “a violência consiste em obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si mesmo, aos seus desejos, ao seu corpo e á sua consciência, podendo leva-lo à morte, à loucura, à agressão aos outros ou à autoagressão”.

Conforme Amador et al. (2002, p. 15) “a violência que acompanha a humanidade não apenas como resultado, mas também como motor da própria história assumindo diferentes contornos nas diversas sociedades, possui caráter impreciso”.

A autora se refere a uma violência escondida, que não é exposta que está presente no cotidiano na prestação de serviço dos policiais com a sociedade. Assim quando o policial nega cuidado consigo mesmo por conta das demanda esta promovendo um circulo de agressão a si próprio.

Conforme Fraga, (2010, p. 69), “a definição de violência adotada pela Organização Mundial de Saúde remete, no entanto, a um ato humano, uma vez que relaciona intencionalidade com a prática do ato violento, independente da consequência dele”.

Assim reflete-se que o cotidiano de trabalho do policial e repleto de contradições que levam os mesmos a sofrer violência invisível por conta do seu próprio processo de trabalho levar a outros tipos de violência.

O uso intencional da força física ou de poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência ou privação. (FRAGA, 2002, p. 16).

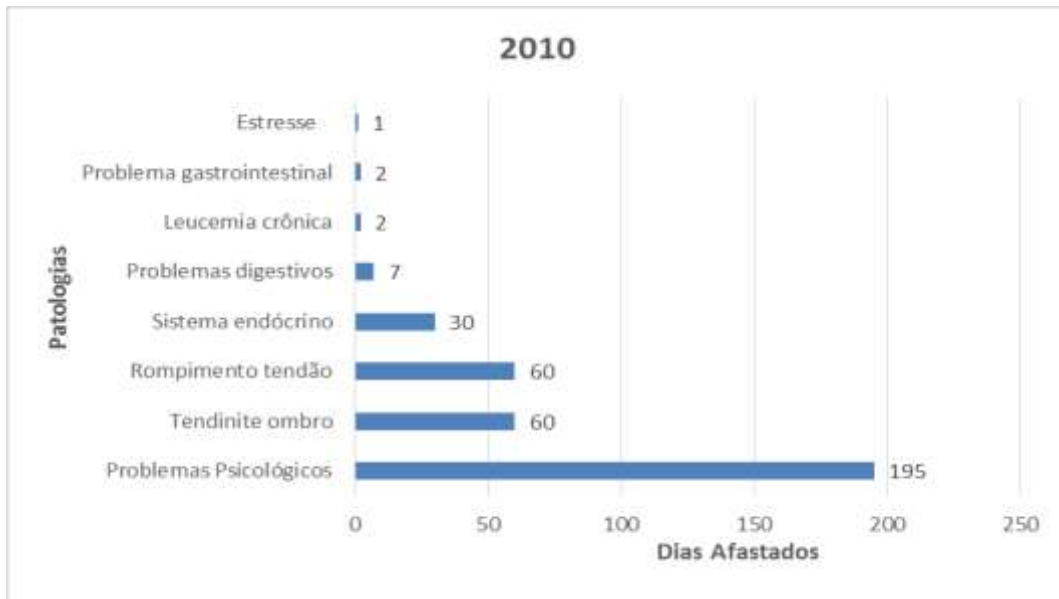
Quanto às patologias que atingiram os servidores no decorrer desses cinco anos, e possíveis motivos que levaram a tal situação, a pesquisa leva ao entendimento de que há sofrimento principalmente psíquico de alguns servidores na sua vida funcional. A delimitação da pesquisa deu-se por ano, destaca-se que alguns policiais já se encontram em outras delegacias e alguns já estão aposentados. Pontua-se também que 04 dos servidores pelo motivo das patologias estarem ligadas ao fator psicológico consequentemente foram afastados do serviço.

Dentre as patologias mais frequentes estão os problemas psicológicos, ameaça de AVC, problemas gástricos, Infecção intestinal e acidente de trabalho nos anos de 2010, 2011 e 2014, foram os que mais afastaram servidores da instituição. Problemas como tendinite, problemas gástricos, Lesão por Esforço Repetitivo, também tiveram altos índices de afastamento.

Ainda há incidência de rompimento tendão, sistema endócrino, problemas digestivos, leucemia crônica, problemas gastrointestinais e estresse, essas patologias todas levaram ao afastamento.

Do mesmo modo o estresse, fadiga, enxaqueca, insônia alergias na pele e psoríase atingiram outros servidores sem que os mesmos visem à necessidade de afastamento. Esses dados podem ser verificados nos gráfico que seguem:

Gráfico 2 – Patologias dos policiais civis de São Borja que levaram ao afastamento em 2010.

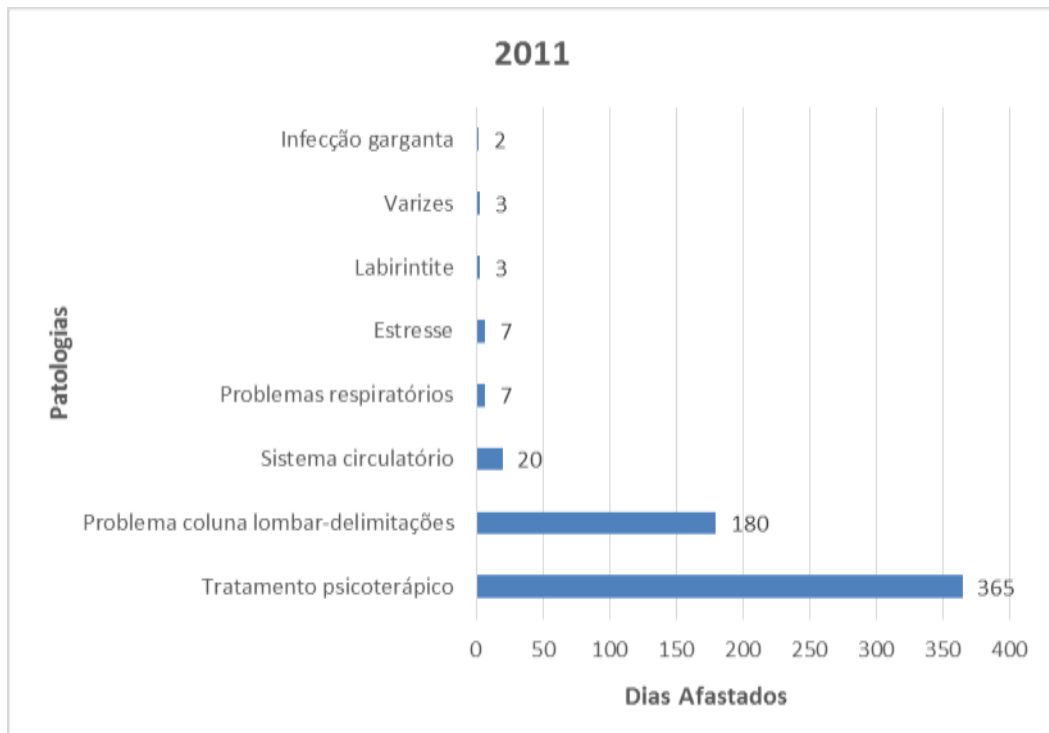


Fonte: PASTAS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES (2016).

Em 2011, conforme gráfico 3, houve diferentes doenças atingindo os servidores tais como: problema lombar que gerou delimitação de movimentos, fragilidade no sistema circulatório, problemas com sistema respiratório, estresse, labirintite e complicações com varizes, infecções na garganta.

Dentre as doenças que não houve a necessidade de afastamento estão os problemas digestivos, dores no estômago, alergias, estresse, pressão alta, psoríase. É relevante salientar que o tratamento psicológico teve um aumento significativo comparado com o ano de 2010 conforme o gráfico 3 de 2011 mostra.

Gráfico 3 – Patologias dos policiais civis de São Borja que levaram ao afastamento em 2011.



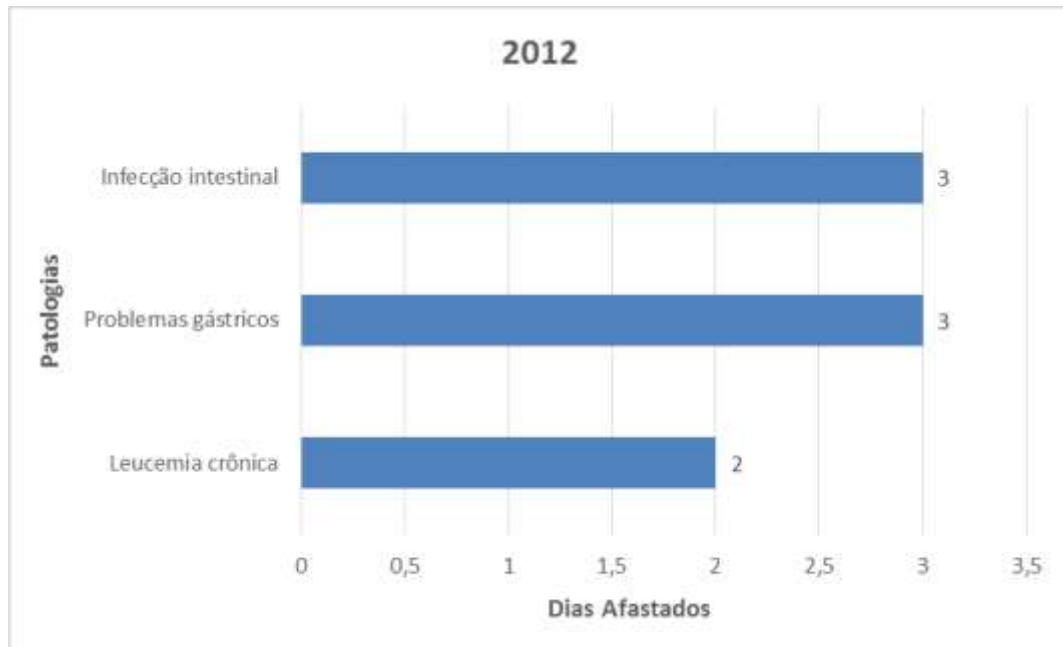
Fonte: PASTAS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES (2016).

A análise do ano de 2012 demonstra ser um ano atípico, pois registra menor índice e incidência de afastamentos, mantiveram as mesmas doenças que atingem os policiais sem que houvesse necessidade de se ausentar de sua rotina. As doenças que necessitaram de afastamento foram leucemia crônica, problemas gástricos e infecção intestinal.

Prosseguiram policiais com depressão alta, estresse, problemas digestivos, insônia, enxaqueca, rinite, psoríase e o Lupos. Neste ano 01 policial conforme as pastas funcionais, foi transferido e 02 conseguiram a aposentadoria por problemas psicológicos, dados constantes no gráfico 4.

Curioso o fato de que não há registros de estresse e problemas psicológicos, portanto nem todos os casos que envolvem questões psicológicas estão registrados.

Gráfico 4 – Patologias dos policiais civis de São Borja que levaram ao afastamento em 2012.

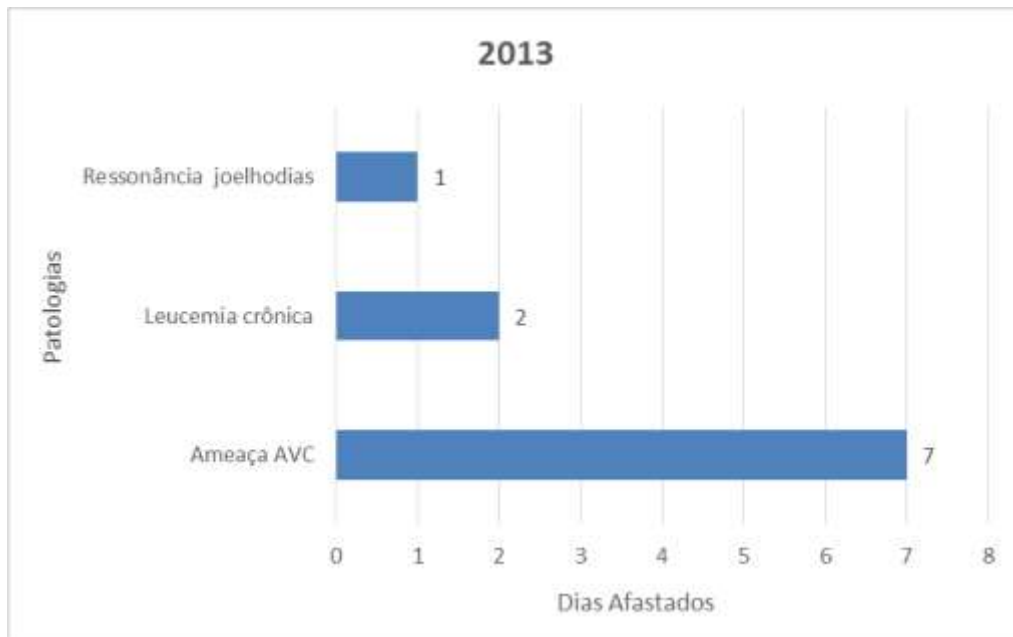


Fonte: PASTAS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES (2016).

No ano de 2013 manteve-se baixo índice de afastamentos entre as patologias se encontram ameaça de AVC, leucemia crônica, problemas na articulação do joelho os afastamentos variaram de 3 dias a 7 dias.

Houve um aumento de cansaço físico, estresse, insônia, enxaqueca, resfriados, fadiga, dor nas articulações, pressão arterial, psoríase, doenças essas que não necessitaram de afastamentos conforme as pastas dos servidores, geram consultas médias. Porém principalmente a insônia, fadiga, estresse, esta ligado a questões de saúde mental.

Gráfico 5 – Patologias dos policiais civis de São Borja que levaram ao afastamento em 2013.

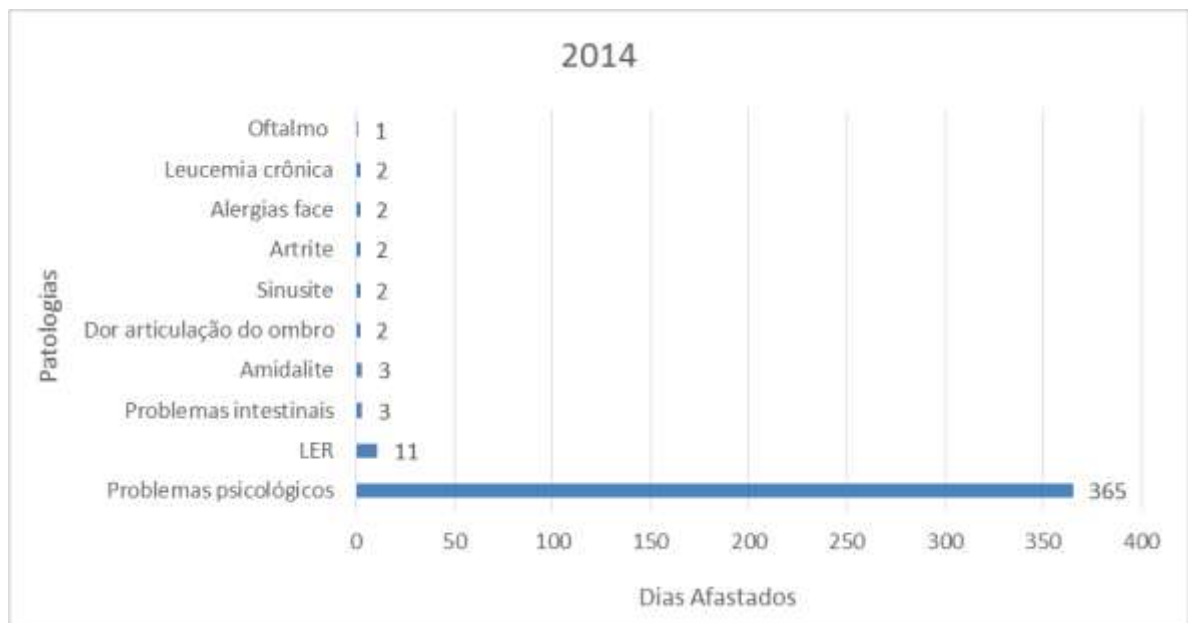


Fonte: PASTAS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES (2016).

Em 2014 ocorrem novamente afastamentos para tratamentos psicológicos e outras patologias tais como: LER, problemas intestinais, amidalite, dor na articulação do ombro, sinusite, artrite, alergias na face, leucemia crônica.

Dentre as que não necessitaram de afastamento estão estresse, pressão arterial alta, problema digestivo, fadiga, dor encefálica, dores musculares, insônia, rinite, enxaqueca e labirintite.

Gráfico 6 – Patologias dos policiais civis de São Borja que levaram ao afastamento em 2014.



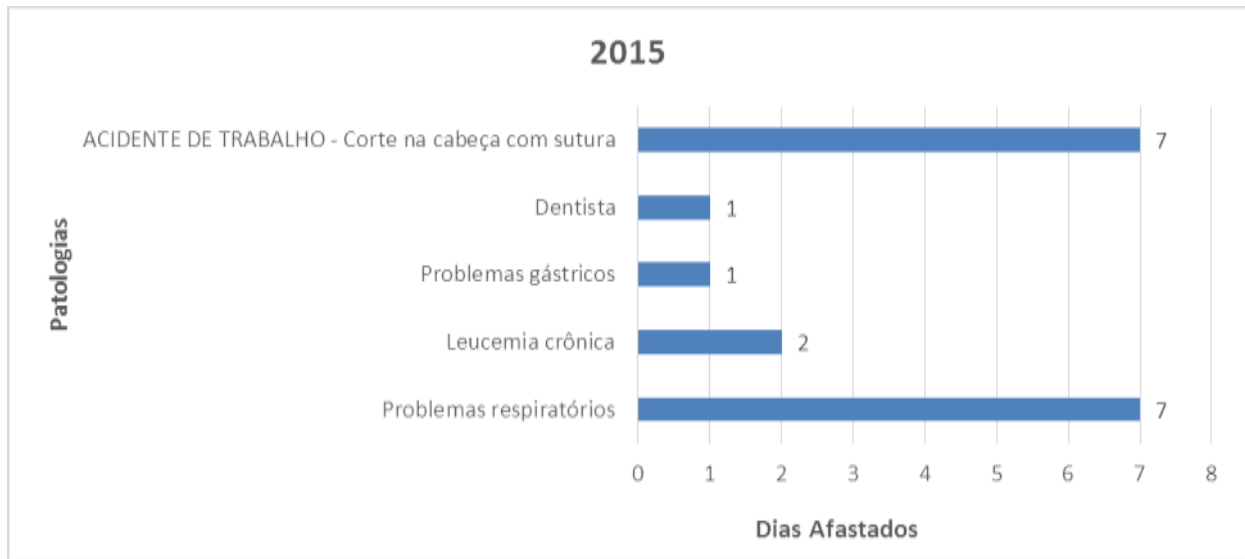
Fonte: PASTAS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES (2016).

Em 2015, os dados coletados demonstraram que as patologias foram: problemas respiratórios, dentista, leucemia crônica, problemas gástricos com afastamento de 1 dia a 7 dias.

As patologias que atingiram policiais sem que houvesse a necessidade de se ausentar da rotina foram: estresse, rinite, insônia, enxaqueca, dor nas costas, ulcera, cefaleia, dores musculares, resfriados, gripe, fadiga, artrite, dor nas articulações, pressão alta e tireoide.

No ano de 2015, em cumprimento de MBA, um policial cortou a cabeça ao pular uma janela e necessitou de atendimento médico levando sutura e afastamento de 7 dias do serviço.

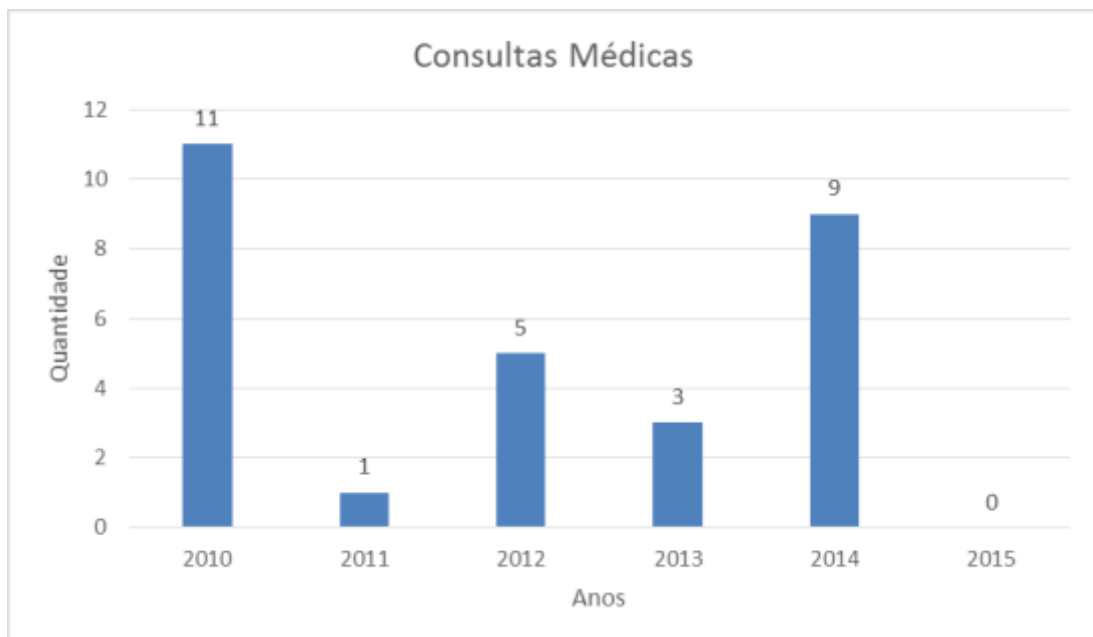
Gráfico 7 – Patologias dos policiais civis de São Borja que levaram ao afastamento em 2015.



Fonte: PASTAS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES (2016).

Embora consulta médica não possa ser considerada patologia também levou ao afastamento do trabalho conforme gráfico 8.

Gráfico 8 – Consultas médicas dos policiais civis de São Borja de 2010 a 2015.



Fonte: PASTAS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES (2016).

Dentro da instituição cada servidor tem em sua “carga” ou sob sua responsabilidade, diversos procedimentos para elucidar, problematizar e encaminhar em cada cartório como é conhecida a sala que cada servidor atua é para apurar cada delito.

Atualmente são três profissionais responsáveis para apurar delitos de menor potencial ofensivo como injúria, calúnia, difamação acidente de trânsito sem vítima, crime ambiental entre outros.

No Cartório de Termos Circunstanciados, cada servidor possui em média de 500 a 1000 procedimentos cada para serem apurados e enviados ao Poder Judiciário. Do mesmo modo nos demais cartórios também existem uma relevante quantidade de procedimentos para ser apurado, cada cartório conta com um servidor que trabalha variados delitos.

Atualmente, o Cartório da Criança e Adolescente tem por sua responsabilidade uma servidora e esta possui aproximadamente 1000 Inquéritos Policiais, este cartório é responsável para apurar tanto os delitos que os adolescentes efetuam quanto os que sofrem alguma violência.

No Cartório da Mulher, existem em torno de 1.106 procedimentos atualmente para apenas uma servidora elucidar os crimes que ocorrem contra a mulher, isto sem contar que além desses procedimentos, cada servidor como condiz com sua função intima pessoas para serem ouvidas, atendem despachos dos delegados, requisições do Ministério Público entre outras atribuições que de certo modo acarretam o acúmulo de diligências a cumprir.

Há o Cartório de Crimes Diversos onde também um servidor atua, neste cartório existe atualmente aproximadamente 2000 Inquéritos Policiais onde são apurados crimes como Homicídio, Embriaguez Furto/ Roubo, Acidente de Trânsito com lesão grave entre outros delitos todos com autoria.

Existe a seção de Investigação, onde servidores formam equipes para apurar delitos sem autoria, como Homicídios, furtos, abigeatos entre outros, cada servidor possui em média de 200 a 300 Inquéritos.

Esses dados são explicitados para mostrar que cada cartório possui um número elevado de procedimentos para serem apurados, uns com delitos brandos outros considerados graves, pode-se dizer que esse pode ser um fator determinante para gerar estresse, fadigas, dores de cabeça, problemas gástricos e também os psicológicos.

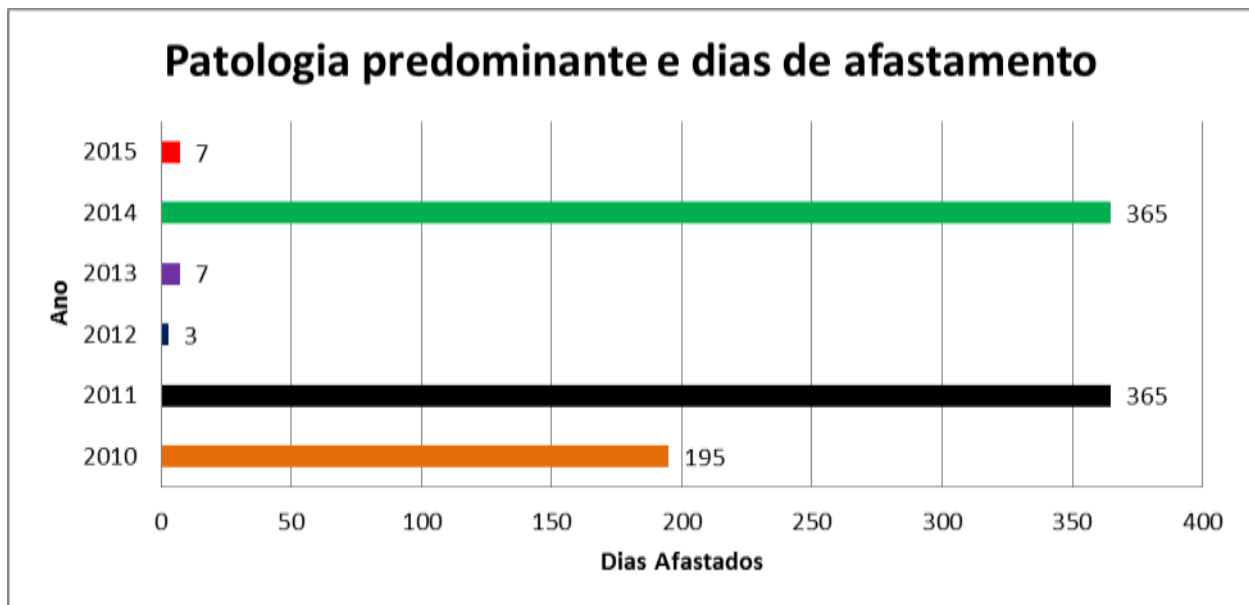
Os atestados demonstram que em algum dado momento os policiais foram atingidos por um fator determinante dentro da instituição que o levou ao estresse, insônia, dores de cabeça, distúrbio gástrico, conforme gráficos apresentados.

É relevante salientar que as cobranças são muitas, tanto de outros órgãos quanto da própria instituição além das pessoas consideradas vitima que buscaram o auxílio da policia para elucidar os crimes.

Toda a pressão da sociedade para que seja logo apurado e remetido ao poder Judiciário o procedimento leva esses servidores a lutarem contra o tempo, tornando sua rotina exaustiva.

Torna-se importante demonstrar um panorama geral das patologias que mais de destacaram e que mais levaram ao afastamento do trabalho:

Gráfico 9 – Patologias e afastamentos do trabalho do policial civil em São Borja de 2010 a 2015.



Fonte: PASTAS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES (2016).

LEGENDA:

2015 - Problemas psicológicos e acidente de trabalho 7 dias cada

2014 - Problemas psicológicos 365 dias

2013 - Ameaça de AVC 7 dias

2012 - Problemas gástricos e infecção intestinal 3 dias cada

2011 - Problemas psicológicos 365 dias

2010 - Problemas psicológicos 195

Conforme gráfico 9, a maior incidência de afastamento dos policiais de São Borja, foram indicados por problemas psicológicos, ameaça de AVC, infecção intestinal e acidente de trabalho. Considera-se que o município de São Borja possui aproximadamente 63 mil habitantes e que seria necessário, ter no mínimo 60 policiais lotados nas delegacias desta cidade.

No entanto, na realidade possui apenas 26¹³, um servidor de licença para tratamento de saúde já acarreta atraso nos serviços prestados e conseqüentemente acúmulo de tarefas aos demais policiais.

Partindo desse raciocínio, os policiais tendem a ficar mais estressados, cansados da rotina de trabalho, pois conseqüentemente seu serviço será redobrado. Não que se tomar a postura de culpabilização do profissional, mas de cobrança por meio de movimentos sociais e de categoria de condições dignas de trabalho.

De acordo com Pinheiro e Almeida (2003):

[...] o Estado (no caso, por meio da polícia) usa a força em três sentidos básicos: o primeiro sentido como “agressão física”. O segundo como “uso da força física” incluindo-se aí o emprego da arma de fogo, nos casos de restauração da ordem e a violência policial (expressão que designa abuso policial ainda que a polícia, em tese, pode sempre recorrer a violência). O terceiro é quando existe ameaça implícita em consequência de toda infração à “lei” e à “ordem” em qualquer tempo e lugar definido. (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003 apud FRAGA, 2010, p. 72-73).

Assim, para garantir a ordem pode se perpetuar diversos ciclos de violência de forma geral. Aos analisar esses dados, visualiza-se que o fator psicológico foi o mais afetado, logo o servidor sofre com a patologia sua família também sofre, é um sofrimento mútuo, conforme Odalia (2004, p. 86 apud FRAGA, 2010, p. 181) “(...) pode-se considerar a violência como uma privação, pois, com efeito privar significa tirar destituir, despojar desapossar alguém de alguma coisa. Todo ato de violência é exatamente isso”.

Nesse sentido, o fator dano psicológico remete a questão que suscita a necessidade de investimentos que garantam ações de prevenção e fortalecimento da saúde mental do policial.

¹³ A coleta de dados foi realizada em 36 pastas funcionais, pois era o computo de policiais entre os anos de 2010 a 2015.

4.2 O suporte do Estado no atendimento à saúde do policial civil

O intuito desse item é refletir sobre o suporte que o Estado oferece aos servidores policiais civis. O Estado possui o poder de influenciar e ou auxiliar os servidores quando necessitam.

Conforme Bourdieu (2010, p. 8-9) “o poder simbólico, é com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Ainda sobre a concepção de Estado vale destacar que para Weber (2010, p. 56) “(...) sociologicamente o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, tal como é peculiar todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física”.

Isso fica evidente no tipo de ambiente do policial ele tanto coage como sobre coerção desde hierarquia local até ao poder do Estado que exige resultados. Nesse contexto Weber (2010) atribui ao Estado a capacidade de dominação, e dessa forma os indivíduos deveriam obedecer ao poder sem contestar, assim o “[...] o Estado só pode existir, portanto, sob condição de que os homens dominados se submetem à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores” (WEBER, 2010, p. 57).

Porém o Estado que se busca não é o da dominação mais sim o de proteção, o que garanta políticas de atendimento aos sujeitos enquanto cidadãos de direito.

Verificou-se que quando ocorrem problemas de saúde com policiais civis durante o exercício de suas funções, o Estado os presta auxílio financeiro (licenças saúde), e através de tratamentos ofertados pelo SAS, porém, nenhum trabalho preventivo ou de acompanhamento é realizado com os servidores. Conforme expressa a fala do Delegado A:

O auxílio e suporte dado pelo Estado não é suficiente, não existe acompanhamento desses profissionais, mesmo tendo ciência da importância para esses profissionais, o acompanhamento se dá quando o problema ocorre, nunca de forma preventiva, em geral as ajudas são procuradas de forma particular e pagas pelos policiais.

De acordo com os dados e entrevistados, os servidores não possuem apoio suficiente à saúde seja física ou psicológica. O SAS oferece auxílio, quando o gestor diante de uma situação extrema solicita o seu apoio, deste modo profissionais da saúde se deslocam para atender ao pedido, mas isso ocorre em situações pontuais.

Os funcionários do Estado possuem o plano de saúde IPE, mas como sabemos é utilizado somente quando o servidor necessita, é descontado em folha de pagamento o plano de saúde além do pagamento da consulta, logo não existe uma política pública que possa acompanhar os servidores, com atendimentos periódicos, para auxiliar esses profissionais que apresentem qualquer tipo de patologia. Assim:

Conforme pesquisa realizada com os delegados fica clara as fragilidades de atendimento do Estado: “sabemos que o Estado tem o dever de dar assistência, intervir quando há a necessidade, mas temos consciência que inúmeras vezes não ocorre como o servidor necessita” (Delegado A).

O Delegado B respondeu que o Estado dá suporte somente através do IPE plano de saúde ofertado pelo Estado, porém trata-se de direito primário inclusive este plano é descontado mensalmente de cada servidor e varia conforme sua categoria e dependentes se houver.

Sabe-se que o SAS é bem estruturado, com profissionais da área da saúde como psicólogos, dentistas, possuem farmácia, ambulatório, consultórios tudo gratuito para os policiais, mas somente os policiais da capital e região metropolitana usufruem desses serviços com maior frequência.

Logo os policiais do interior mais precisamente a cidade de São Borja ficam prejudicados com os serviços ofertados, utilizando-os somente quando acionados pelos gestores diante de uma situação que possa vir a ficar descontrolada como no ano de 2014.

Assim, infelizmente, “pensando o ofício policial a partir dessa perspectiva, não é difícil deduzir que se trata de uma categoria profissional bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico, uma vez que a tensão e os perigos estão sempre presentes...” (SPODE; MERLO, 2005, p. 86).

Partindo deste ponto de vista, houve o questionamento sobre políticas públicas, seu processo de elaboração e como realizá-lo, pois se entende que o atendimento ao servidor não pode ocorrer de forma esporádica, mas via política pública. Secchi (2010)

explica que existem sete fases principais ao pensar sobre política pública: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. Assim, destaca-se que:

Identificação do problema: Um problema é a discrepância entre status quo e uma situação ideal possível (...) Formação da agenda (...) é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes (...) Formulação de alternativas (...) momento em que políticos, analistas de políticas públicas e demais atores envolvidos no processo resumem e esperam os resultados(...) Tomada de decisão(...) momento em que interesses dos atores são equacionados e as intenções (Objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas. Implementação da política pública (...) é nesse arco temporal que são produzidos os resultados concretos da política pública (...) Avaliação da política pública (...) processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para cada ação pública. Extinção da política pública (...) o problema que originou a política é percebido como resolvido (...). (SECCHI, 2010, p. 53).

Logo, através de uma política pública bem elaborada, o problema da falta de atendimento preventivo seria solucionado e uma possível transformação positiva aconteceria a esses servidores da segurança pública, trazendo uma maior segurança e conforto aos mesmos, pois dessa forma sentiriam um olhar do Estado voltado a si, dando, assim, maior confiabilidade na profissão que escolheram.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como problema de pesquisa conhecer quais os tipos de doenças que acometem os policiais, e como acarretaram seu afastamento do cotidiano do trabalho. Sabe-se do cotidiano do policial que é envolto a violência diária, e isso de fato interfere no seu cotidiano profissional.

A partir desse problema, houve a necessidade de responder a alguns questionamentos, dentre eles quais as patologias que atingiam os policiais levavam ao afastamento do trabalho, saber qual a incidência e índices dos mesmos e identificar se o Estado ofertava suporte para esses profissionais e se possuía alguma política pública para atender suas necessidades.

A oportunidade de realizar essa pesquisa foi gratificante, pois pode-se conhecer melhor como funciona esta Instituição, desde seu surgimento, e como está composta nos dias atuais e demonstrando sua importância para a sociedade.

Conhecendo sua trajetória, pode-se entender o cotidiano dos policiais no Rio Grande do Sul, entendendo suas responsabilidades, as cobranças sofridas enquanto responsabilidade do policial e fragilidades na área de saúde.

No decorrer da pesquisa, pode-se identificar quais os riscos físicos e psicológicos esses profissionais estão expostos, riscos de acidentes de trabalho, assim como as doenças que são invisíveis, como depressão, estresse, fadiga mental, insônia, entre outros.

É notório que os policiais atuam em situações que levam a violência, onde não se distingue religião, poder aquisitivo, não há diferenças. Dessa forma possuem a necessidade de manter a boa saúde tanto física quanto mental, prestando um bom trabalho a sociedade que espera muito desses profissionais.

Portanto, a saúde é um serviço público e assim sendo, a Lei determina que a titularidade e/ou responsabilidade é do Estado enquanto articulador de política pública.

Destaca-se ainda que a Segurança Pública é um dever do Estado e considerada direito de todos. Seu significado é maior e mais complexo que o simples policiamento.

A manutenção da segurança e a prática da ordem contribuem para a realização de uma missão diretamente destinada a responsabilidade do policial. Servidores públicos devem ser protegidos pela Constituição, que lhes assegura integridade física e mental.

A pesquisa demonstrou através dos gráficos que policiais de São Borja, foram afetados por variadas patologias, umas consideradas leves e outras mais graves, problemas psicológicos predominaram nos anos de 2010, 2011, 2014 e 2015, agravado no ano de 2014, o que constitui dado preocupante.

Tais profissionais tiveram que procurar ajuda fora de sua sede, para fazer tratamentos, acarretando transtornos aos servidores, prejuízo a Instituição e a população.

Diante do exposto, reflete-se sobre o papel do cientista político num viés diferente do convencional, analisando a saúde do servidor público, verificou uma falha na Instituição, pois a mesma não apresenta uma Política Pública voltada aos profissionais, através da pesquisa foi demonstrado sofrimento tanto físico como psicológico e a importância de deslocamento a capital Porto Alegre para tratamento gratuito no SAS.

Nesse sentido, cabe ressaltar que é papel do Cientista Político voltando o olhar para o âmbito da política pública – aqui pensando na de segurança pública e saúde do trabalhador policial – refletir conforme Secchi (2010, p. 63) “analista de políticas públicas deve ter sensibilidade de escolher o modo de tratar uma variável multifacetada como as instituições (...)”.

Assim, o olhar de ser voltado para o problema, diagnosticar e aplicar uma possível política pública para resolver a questão. Para tanto o profissional deve se imbuir de pesquisas, conhecimento de realidade e olhar crítico a realidade.

Portanto, para encerrar por ora tal pesquisa, seria de grande importância que servidores do interior do Estado, possuíssem uma estrutura voltada para eles, como se sabe São Borja, pertence a 21º DPR de Santiago, seria interessante que houvesse profissionais na área da saúde que periodicamente pudessem oferecer cursos, testes psicológicos para avaliar os servidores.

Tais testes serviriam para identificar a aptidão dos policiais para exercerem a profissão. Há necessidade de ações de prevenção a saúde numa perspectiva que vá para além do corpo físico mais inclui o cotidiano e saúde mental.

Há necessidade de pesquisas que identifiquem desafios e possibilidades para evitar possíveis problemas, voltando-se até para dentro do ambiente familiar do policial. Fica nítida a difícil relação com os gestores, no ambiente de trabalho, entre outras questões, como a sobrecarga de trabalho diante de um quadro insuficiente.

Dessa forma, o Estado auxiliaria o servidor que por sua vez prestaria um serviço sem desgaste à comunidade, não que não o façam, mas exerceriam com mais tranquilidade, desta forma sentirão que são apoiados e auxiliados na profissão que escolheram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADOR, Fernanda Spanier et al. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na Brigada Militar. In: **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 22, n.3, set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000300009>. Acesso em: 19 jun. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília, DF: UnB, 2007. 2. v.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. **Lei n. 2.848**, de dezembro de 1940. Código Penal. Brasília, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm> Acesso em: 7 jan. 2016.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei n. 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. **Lei n. 8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 19 abr. 2016.

CADEMARTORI, Ana Carolina; ROSO, Adriane. Violência, criminalidade e relações de dominação: do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo. In: **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 34-56, jun./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/6514/6741>. Acesso em: 8 jun. 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DAHLBERG Linda L. ;KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. In: **Ciência & Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2007, v.11, p. 1163-1178. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf>> .Acesso em: 17 jun. 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FRAGA, Cristina Kologeski. **O acidente em serviço na polícia militar: a violência expressa nas feridas visíveis e nas marcas invisíveis das feridas**. Passo Fundo, RS: IMED, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KAUFMANN, Josef Nicolas. Turbulências no mundo do trabalho: quais são as perspectivas? In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 69, ano XXIII, p. 32, mar. 2002.

MANUEL, Guida; SOEIRO, Cristina. Incidentes críticos na polícia judiciária. In: **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 28, n.1, p. 149-163, jan. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312010000100011>. Acesso em: 9 jun. 2016.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Paloma L. Marques de; BARDAGI , Marúcia Patta. Estresse e comprometimento com a carreira em policias militares. In: **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 59, n. 131, p. 153-166, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v59n131/v59n131a03.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 224-250, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v12n25/09.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10**: Classificação Internacional de Doenças. 1. ed. São Paulo : EDUSP, 1994.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialética crítica de inspiração marxiana. In: **Revista Virtual Textos & Contexto**, Porto Alegre, n. 2, dez. 2003.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **História da polícia civil**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.desaparecidos.rs.gov.br/conteudo/969/historia-da-policia-civil>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1947. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=ab_rJmqsoWc%3D&tabid=3456&language=pt-BR>. Acesso em: 26 mar. 2016.

_____. **Lei n. 7.366**, de 29 de março de 1980. Estatuto dos Servidores da Polícia Civil. 4. ed. Porto Alegre: Corag, 2000. Disponível em: <http://arquivonoticias.ssp.rs.gov.br/edtlegis/1108057903Estatuto_servidoresPC.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

_____. **Lei n. 10.994**, de 18 de agosto de 1997. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Civil. Porto Alegre, 1997. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2010.994.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. Polícia Civil do Rio Grande do Sul. Academia de Polícia Civil. **Edital n. 029/98**. Edital de abertura para concurso público de ingresso nas carreiras de escrivão de polícia e inspetor de polícia. Porto Alegre, 1998. Disponível em: <http://www.pc.rs.gov.br/upload/1293288913_edital_1998_29.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2015.

_____. (2004a). **Lei n. 12.102**, de 28 de maio de 2004. Introduz modificações na Lei nº 10.994, de 18 de agosto de 1997, que estabelece organização básica da Polícia Civil. Porto Alegre, 2004. Disponível em:<<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.102.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

_____. (2004b). Instituto de Previdência do Estado. **Lei complementar n. 12.134**, de 26 de julho de 2004. Dispõe sobre o IPE-SAÚDE e dá outras providências. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.ipe.rs.gov.br/upload/1458040163_12.134.pdf >. Acesso em: 20 mai. 2015.

_____. Projeto de Lei n. 380, de 26 de novembro de 2013. Dispõe sobre a extinção dos cargos de Investigador de Polícia e sobre o aproveitamento dos servidores no âmbito da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial da Assembleia Legislativa**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20131129-01-112533/EX20131129-01-112533-PL-380-2013.pdf> >. Acesso em: 12 abr. 2016.

_____. Tribunal de Justiça (4. Região). Ação direta de inconstitucionalidade n. 70064896913. Proponente: Procurador geral de justiça. Requeridos: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Governador do Estado. Interessados: Procurador-Geral do Estado; SERVIPO / SINPOL-RS. Relator: Marcelo Bandeira Pereira. Porto Alegre, 7 mar. 2016. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/adin_arquivo?tipo=anexos¶m=1165954,004552014_008.doc,0,30127>. Acesso em: 23 mar. 2016.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo, SP: Publifolha, 2010.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2010.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria C. de Souza. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n4/a15v10n4.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

SPODE, Charlotte Beatriz; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos capitães da Polícia Militar. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; CONSUL, Júlio Cezar Dal Paz; FRAGA, Cristina Kologeski (Orgs.). **A (in) visibilidade da segurança pública: risco no trabalho, formação e políticas**. Porto Alegre, RS: [s.n.], 2005.

UNESCO. Escritório no Brasil. Sobre a UNESCO no Brasil. **Mapa da Violência faz balanço de mortes por armas de fogo no Brasil, de 1980 a 2012**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-this-office/singleview/news/map_of_violence_examines_deaths_by_firearms_in_brazil_from_1980_to_2012/#.V2yks7jyvIU>. Acesso em: 25 mar. 2016.

VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 31, n. 62, p. 49-70, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a05v31n62.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

OBRAS CONSULTADAS

CHESNAIS, Jean Claude. A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.4, n. 1, p. 53-69, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100005&lng=pt&userID=-2>. Acesso em: 18 jun. 2015.

HOFFMANN, Maria Helena; HAMMERSCHMIDT, Rodrigo (Orgs.). **Segurança pública: diálogo permanente**. Florianópolis, SC: DIOESC, 2012.

KARAM, Norton Meidel. **Lauda pericial digital**. Monografia submetida ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, campus Araranguá, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Especialista em Tecnologia da Informação e Comunicação na Segurança Pública. Araranguá, SC: [s. n.], 2015. Disponível em: <http://posticsenasp.ufsc.br/files/2015/07/Monografia_Norton_Karam_A4_versao_final-1.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2016.

LIMA, Roberto Kant de. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 13, p. 23-38, nov. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n13/a03n13.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhães de. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). In: **Ciência & Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 2199-2209, abri. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n4/v16n4a19.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Orgs.). **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PORTO, Maria S. Grossi. Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n.1, p. 132-141, jan./mar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100016>. Acesso em: 18 jun. 2015.

APÊNDICE A - Entrevistas aos Delegados da 1ª Delegacia e DPPA de São Borja.

Que causas relacionadas à saúde do policial têm levado os mesmos ao afastamento do trabalho no município de São Borja?

Há incidência significativa de afastamento das atividades trabalhistas relacionadas a problemas de saúde? Em caso afirmativo porque isso ocorre?

O afastamento do trabalho esta mais relacionado a problemas de saúde ou acidente de trabalho? Por quê?

Crê que o tipo de trabalho efetuado pelo policial contribui para provocar acidentes de trabalho ou prejuízo à saúde? Por quê?

Quais foram às doenças que mais atingiram os policiais e que fizeram com que os mesmos se afastassem do trabalho? Quais os acidentes mais frequentes?

Quais as maiores dificuldades no que diz respeito a saúde que observa enfrentadas pelos policiais para se manterem ativos?

O auxilio e suporte ofertado pelo Estado tem sido suficiente? Por quê?

A atual estrutura ofertada pelo SAS da conta do atendimento necessário? Por quê?

Que sugestão teria enquanto possibilidade de melhoria do atendimento no âmbito da saúde prestado ao policial?

APÊNDICE B - Roteiro norteador nas pastas funcionais dos policiais de São Borja.

Gênero;

Idade;

Cargo;

Tempo de serviço;

Quais patologias atingiram os servidores no período de 2010 a 2015;

Quanto tempo de afastamento para tratamento de saúde;

Quais patologias não necessitaram afastamento para tratamento de saúde.

APÊNDICE C – Documento de solicitação de autorização para realizar a pesquisa documental.

SOLICITAÇÃO

Eu Josiane da Silva Borges acadêmica do Curso de Ciência Sociais e Ciências Políticas da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja matrícula 121151786 , solicito autorização para realizar pesquisa documental na pasta de efetividade dos Policiais Civis da 2º Delegacia de Policia Civil e atual Delegacia de Pronto Atendimento de São Borja e 1º Delegacia de Policia Civil de São Borja.

Os presentes dados serão utilizados exclusivamente para elaboração de trabalho de conclusão de curso denominado "Em análise a saúde do Policial Civil no município de São Borja/RS refletindo sobre as causas dos afastamentos do trabalho" que objetiva analisar que causas relacionadas a saúde do Policial Civil têm levando os mesmos ao afastamento do trabalho no município de São Borja. Para sigilo ético quanto aos dados, os policiais serão identificados por números. Ao termino do trabalho será entregue a instituição uma cópia do trabalho de conclusão de curso.

Contando com sua colaboração para efetivação da pesquisa solicitamos assinatura da referida autorização como indicativa de aceite para coleta de dados.

Marcos Fumes Vitorina
Delegado de Policia
ID: Func. 2420123

Delegado

Charles Dias do Nascimento
Delegado de Policia
id. Func. 2429772

Delegado

Josiane dos S. Souza

Pesquisadora

São Borja, 21 de janeiro de 2016.